

As eleições municipais e sua influência nas disputas presidenciais*

Cesar Romero Jacob
Dora Rodrigues Hees
Philippe Waniez
Violette Brustlein

Introdução

O Novo Atlas Eleitoral do Brasil¹, que reúne mapas das eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998, permitiu identificar a geografia eleitoral, nessas três eleições, dos candidatos vitoriosos, Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, e do segundo colocado, Luiz Inácio Lula da Silva. Depois de estudar, em todo o País, o desempenho eleitoral desses candidatos, em três pleitos sucessivos, pôde-se detectar a recorrência de certos fenômenos eleitorais. Viu-se, por exemplo, a enorme semelhança entre a geografia eleitoral de Collor, no primeiro e segundo turnos de 1989, e a de FHC em 1994 e 1998. Observou-se, também, que a geografia eleitoral de Lula, no segundo turno de 1989, se assemelha ao padrão verificado em 1994 e em 1998. A partir daí foi possível, então, identificar o que se poderia chamar de uma geografia eleitoral de *direita* e de *esquerda* no País.

Como nessas eleições presidenciais os partidos de *direita* se uniram num grupo e os de *esquerda* em outro, seja para fazer face ao segundo turno de 1989, seja para enfrentar campanhas com muitos cargos em disputa, como nas elei-

ções *casadas* de 1994 e 1998, pôde-se identificar a configuração espacial dessas duas grandes tendências políticas, mas não as bases geográficas de cada um dos partidos que integraram essas alianças, à *direita* e à *esquerda*.

Já nas eleições municipais, os partidos, tanto os de *direita* quanto os de *esquerda*, substituem as alianças, normalmente realizadas para as eleições presidenciais, por uma acirrada competição eleitoral no plano municipal. Assim, através do mapeamento das prefeituras ganhas pelos diferentes partidos que disputaram as eleições municipais em 2000, pretende-se identificar a geografia eleitoral de cada um dos principais partidos políticos brasileiros.

Com o propósito de permitir a comparação entre a geografia eleitoral das grandes correntes da política brasileira, nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998, e a dos partidos com melhor desempenho nas eleições municipais de 2000 é que estamos publicando o Atlas das Eleições Presidenciais e Municipais no Brasil, em CD-ROM que acompanha este número da revista ALCEU.

Este Atlas compreende 1.200 pranchas, em cores, contendo mapas, gráficos e textos, para o Brasil como um todo, com base nas microrregiões geográficas, e para os Estados da Federação e Regiões Metropolitanas das capitais estaduais, no nível dos municípios. O presente artigo explora somente uma pequena parte do Atlas que se refere ao Brasil. A partir dessa abordagem, o leitor poderá fazer suas próprias análises, consultando os mapas dos Estados que possam lhe interessar mais diretamente².

1.A distribuição do eleitorado no Brasil em 2000

A análise das grandes correntes políticas e do desempenho dos principais partidos deve ser precedida, no entanto, por um exame da distribuição do eleitorado no Brasil, pelas Unidades da Federação e, também, pelos municípios, segundo categorias de eleitores, uma vez que é grande a desigualdade quanto à dimensão do eleitorado entre os Estados e os municípios, respectivamente.

Assim, um partido que tenha alcançado, por exemplo, boas votações no Estado de São Paulo, onde se concentram 22,11% do eleitorado nacional, possui, naturalmente, uma importância muito maior, na disputa presidencial, do que um partido que apresente seu melhor resultado em Roraima, Estado que reúne apenas 0,17% dos eleitores do País.

De fato, São Paulo é de longe o Estado mais importante do País em termos eleitorais, seguido por Minas Gerais, com 11,17%, e pelo Rio de Janeiro, com 9,05% dos eleitores, percentuais que somados não chegam a alcançar, no entanto, a porcentagem de São Paulo. Essa enorme desigualdade entre os

diversos Estados faz com que as 9 Unidades da Federação com maiores percentuais de eleitores, como se pode ver na Tabela 1, concentrem 75% do eleitorado nacional.

Tabela 1

Número de Eleitores nos Estados - 2000

Estados	Eleitores	Eleitores %
São Paulo	24263612	22,11
Minas Gerais	12259469	11,17
Rio de Janeiro	9929655	9,05
Bahia	8205175	7,48
Rio Grande do Sul	7112134	6,48
Paraná	6504490	5,93
Pernambuco	5254515	4,79
Ceará	4623794	4,21
Santa Catarina	3626533	3,30
Pará	3337840	3,04
Maranhão	3169383	2,89
Goiás	3154841	2,87
Paraíba	2166188	1,97
Espírito Santo	2033754	1,85
Rio Grande do Norte	1800359	1,64
Piauí	1702001	1,55
Mato Grosso	1643996	1,50
Alagoas	1522250	1,39
Amazonas	1409210	1,28
Mato Grosso do Sul	1331259	1,21
Distrito Federal	1288501	1,17
Sergipe	1086178	0,99
Rondônia	832513	0,76
Tocantins	724549	0,66
Acre	332781	0,30
Amapá	250077	0,23
Roraima	186049	0,17
Total	109751106	100,00

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Além de se considerar o peso do eleitorado nos diversos Estados, uma outra maneira de se analisar a distribuição dos eleitores no País é através de categorias de municípios, baseadas em número de eleitores. Essa abordagem mostra também uma enorme disparidade entre os municípios brasileiros.

Chama a atenção, em primeiro lugar, o fato de a grande maioria dos municípios encontrarem-se nas categorias com reduzido número de eleitores, como mostra a Tabela 2. Assim, tem-se 3.497 municípios na classe de até 10.000 eleitores e 1.100 na de 10.000 a 20.000. Se considerarmos aqueles com até 100.000 eleitores, vemos que eles englobam 5.367 municípios e correspondem a 56% do eleitorado nacional. Já nos 137 municípios com mais de 100.000, concentram-se 44% dos eleitores brasileiros.

Tabela 2
Categorias de Municípios por Número de Eleitores - Brasil - 2000

Categorias de municípios	Nº Municípios	Nº Eleitores	%
Até 10 000	3497	16936435	15
10 000 a 20 000	1100	15350078	14
20 000 a 50 000	610	18503886	17
50 000 a 100 000	160	10763738	10
100 000 a 200 000	79	10927618	10
200 000 a 600 000	45	14310845	13
Mais de 600 000	13	22722299	21
Total	5504	109514899	100

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - 2000

Essa análise revela, portanto, uma característica importante da distribuição dos eleitores no País, que é a sua pulverização em pequenos municípios. Assim, o peso dos chamados *grotões* não deve ser menosprezado pelos candidatos que almejam a Presidência da República. Logo, ao contrário do que normalmente se afirma, a maior parte do eleitorado não se encontra nas grandes cidades, e sim distribuída em municípios com até 100.000 eleitores.

2. O desempenho dos partidos políticos nas eleições municipais de 2000

Dentre os 30 partidos políticos que participaram das eleições municipais de 2000, foram selecionados 11 para integrar o Atlas, em função dos melhores desempenhos obtidos. Dentre esses, pode-se destacar quatro partidos de envergadura nacional (PSDB, PMDB, PFL e PT), que juntos totalizaram 61% dos votos nas eleições municipais de 2000. Já os sete restantes reuniram 35% dos votos e podem ser considerados de tamanho médio. Os onze mapas dos partidos localizam as prefeituras de cada um deles, através de círculos que expressam diferentes categorias de municípios, quanto ao tamanho do seu eleitorado. Já as capitais são indicadas com círculos vazios, de igual tamanho.

O **Partido da Social Democracia Brasileira** (Fig. 1) foi o que apresentou o melhor desempenho nas eleições municipais de 2000, ao conquistar 16% dos votos. Disputou as eleições em 2.056 municípios, conseguindo eleger 990 prefeitos, dentre eles os de 4 capitais: Boa Vista, Teresina, Vitória e Cuiabá. A distribuição das prefeituras revela que o PSDB é um dos partidos mais bem implantados no País, estando presente em todos os Estados.

Naturalmente, a sua maior força se encontra em São Paulo e no Ceará, Estados onde ele se originou, sob a liderança de Mário Covas e de Tasso Jereissati, respectivamente. Além de São Paulo e do Ceará, é grande também o número de prefeituras no Nordeste Oriental, em Minas Gerais e no Paraná. Não se pode deixar de mencionar ainda a presença do partido nas Regiões Centro-Oeste (sobretudo em Mato Grosso e Goiás) e Norte, onde o Pará se destaca pelo maior número de prefeituras conquistadas.

Ao se analisar as categorias de municípios por número de eleitores, percebe-se que as prefeituras do PSDB se encontram bem distribuídas por todas elas. Isto significa que o partido tem boa representação tanto nos pequenos municípios, quanto naqueles com maiores contingentes de eleitores.

Da mesma forma que o PSDB, o **Partido do Movimento Democrático Brasileiro** (Fig. 2) apresenta-se bem implantado em todo o País. Situando-se em segundo lugar nas eleições municipais de 2000, com 15,7% dos votos, apresentou candidatos em 2.809 municípios, conseguindo eleger 1.256 prefeitos, inclusive os de 4 capitais: Fortaleza, João Pessoa, Campo Grande e Rio Branco. Como se pode ver, o PMDB elegeu maior número de prefeitos do que o PSDB, apesar do percentual de votos um pouco inferior, o que indica a sua maior implantação em municípios com pequeno número de eleitores.

O mapa com as suas prefeituras mostra que o partido se apresenta particularmente bem sedimentado nos Estados do Nordeste Oriental e em boa parte do Sudeste e Sul. Vale mencionar ainda a presença do partido nas Regiões Centro-Oeste (especialmente em Goiás) e Norte (sobretudo no Pará). A análise das prefeituras do PMDB revela que elas se encontram bem distribuídas por todas as categorias de municípios, segundo número de eleitores, num padrão semelhante ao observado para o PSDB.

Considerando ainda os partidos de dimensão nacional, o **Partido da Frente Liberal** (Fig. 3), com 15,3% dos votos nas eleições municipais de 2000, situou-se em terceiro lugar, confirmando sua posição de um dos mais bem implantados no País. Apresentou candidatos em 2.280 municípios e elegeu 1.026 prefeitos, dentre eles os de 3 capitais: Salvador, Curitiba e Palmas.

A espacialização das prefeituras conquistadas desmente um dos mais conhecidos mitos na política brasileira: o de que o PFL é um partido, essencialmente, nordestino. Talvez o mais correto fosse dizer que, apesar de algumas de suas principais lideranças serem nordestinas, as prefeituras do partido encontram-se bem distribuídas por quase todo o País. Na verdade, o PFL se apresenta mais bem sedimentado na porção-leste do território nacional, numa extensa área que se estende do Maranhão a Santa Catarina, excluindo o Ceará. Como se pode observar, o Rio Grande do Sul também não integra a legião dos eleitores pefelistas. Já o Tocantins e Goiás se aproximam dessa porção do território nacional que elegeu prefeitos do PFL em 2000.

A distribuição das prefeituras do PFL revela que elas se encontram bem implantadas em todas as categorias de municípios, com exceção daquela de 200 a 625 mil eleitores. Isto mostra uma característica do partido, que o distingue do PSDB e do PMDB, a sua menor presença nas grandes cidades. Na verdade, a fraqueza do PFL é não ter apoio eleitoral nos grandes centros urbanos, onde se forma a opinião pública nacional.

Já o **Partido dos Trabalhadores** (Fig. 4) situou-se em quarto lugar nas eleições municipais de 2000, obtendo 14,1% dos votos. Observa-se que ele não se encontra tão bem implantado no País quanto o PSDB, PMDB e PFL, pois sobretudo em dois estados, São Paulo e Rio Grande do Sul, é que o partido se apresenta bem sedimentado. Disputou as eleições em 1.299 municípios e elegeu 187 prefeitos, inclusive os de 6 capitais: Belém, Recife, Aracaju, São Paulo, Porto Alegre e Goiânia.

O mapa com a distribuição das suas prefeituras revela um padrão bastante diferente dos até então analisados, em função do menor número de prefeitos eleitos. Chama a atenção, no entanto, o fato de o partido ter conquistado mais

prefeituras entre os municípios com maior eleitorado, como os de 100 a 200 e de 200 a 625 mil eleitores. A força eleitoral do PT reside, portanto, nas cidades com mais de 100 mil eleitores. Isto explicaria o fato de o partido ter alcançado o quarto lugar no País, quanto ao percentual de votos, apesar de ter eleito número muito menor de prefeitos do que os três primeiros colocados.

Com padrão semelhante ao do PFL, o **Partido Progressista Brasileiro** (Fig. 5) pode ser considerado bem sedimentado na metade-leste do território nacional, que se estende do nordeste do Pará ao Rio Grande do Sul, incluindo o Tocantins e Goiás. É, no entanto, no Rio Grande do Sul que o PPB consegue sua maior vitória nessas eleições municipais, ao conquistar 174 das 467 prefeituras existentes no Estado.

O PPB situou-se em quinto lugar, com 8,1% dos votos, nas eleições de 2000, apresentando candidatos em 1.382 municípios e elegendo 618 prefeitos, dentre eles o de uma capital, Florianópolis. Ao se analisar a distribuição das prefeituras do PPB, percebe-se uma característica marcante do partido: a sua maior implantação em municípios com até 100 mil eleitores. Nesse sentido o PPB se assemelha ao PFL, que também não tem apoio eleitoral nos grandes centros urbanos.

Situando-se em sexto lugar nas eleições de 2000, o **Partido Trabalhista Brasileiro** (Fig. 6), com 6,9% dos votos, apresentou candidatos em 1.063 municípios e elegeu 397 prefeitos, inclusive o do Rio de Janeiro, César Maia, que, no entanto, deixou o partido logo após as eleições. Sobretudo pelo número de prefeituras conquistadas, pode-se dizer que o PTB é um partido bem implantado na região que se estende da Bahia ao Paraná.

Ao se considerar a distribuição das prefeituras do PTB, observa-se que elas estão mais presentes nas categorias de municípios com até 100 mil eleitores. Portanto, da mesma forma que o PFL e o PPB, o PTB é um partido com pequena expressão nas grandes cidades brasileiras.

O **Partido Democrático Trabalhista** (Fig. 7), com 6,6% dos votos, situou-se em sétimo lugar nas eleições municipais de 2000. Disputou as eleições em 888 municípios e conseguiu eleger 288 prefeitos, dentre eles os de duas capitais: São Luís e Porto Velho. Em função do padrão localizado que assume a distribuição de suas prefeituras, o PDT não pode ser considerado um partido bem sedimentado em todo o País. É clara, no entanto, a sua boa implantação nos Estados do Sudeste e Sul, particularmente no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, em função da liderança de Leonel Brizola, que tem atuado politicamente nesses dois Estados.

Cabe lembrar, porém, o enfraquecimento do PDT logo após as eleições

de 2000, em função do rompimento do então governador Anthony Garotinho com o presidente do partido, Leonel Brizola. Este fato provocou a transferência de Garotinho e de muitos prefeitos fluminenses recém-eleitos para o Partido Socialista Brasileiro.

Quando se observa a distribuição das prefeituras do PDT, percebe-se que, apesar dos pequenos percentuais, elas são encontradas em todas as categorias de municípios, por número de eleitores.

Com um padrão localizado de suas prefeituras, semelhante ao PDT, o **Partido Socialista Brasileiro** (Fig. 8), com 4,6% dos votos, situou-se em oitavo lugar nas eleições municipais de 2000. Disputou as eleições em 479 municípios e elegeu 133 prefeitos, inclusive os de 4 capitais: Macapá, Natal, Maceió e Belo Horizonte. Convém lembrar, no entanto, que, após as eleições de 2000, o prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro, se transferiu para o PT.

O mapa do PSB revela que ele se apresenta mais bem sedimentado no Nordeste Oriental, particularmente em Pernambuco, em função da liderança do ex-governador Miguel Arraes. A distribuição das prefeituras do PSB revela que elas estão mais presentes nas categorias de municípios de 50 a 100 e de 100 a 200 mil eleitores.

Com percentual de votos semelhante ao PSB, o **Partido Popular Socialista** (Fig. 9) situou-se em nono lugar nas eleições municipais de 2000, ao obter 4,2% dos votos. Disputou as eleições em 623 municípios e elegeu 166 prefeitos. Observa-se que o partido se apresenta bem implantado no Ceará, em função da liderança de Ciro Gomes, candidato à Presidência da República em 1998, e em Pernambuco, em decorrência da atuação política do Senador Roberto Freire. Apresenta ainda alguma importância nos Estados de São Paulo e Mato Grosso. A distribuição das prefeituras do PPS revela que elas se encontram principalmente nas categorias de municípios de 100 a 200 e de 200 a 625 mil eleitores.

Com apenas 3% dos votos, o **Partido Liberal** (Fig. 10) situou-se em décimo lugar nas eleições municipais de 2000. Apresentou candidatos em 598 municípios e elegeu 234 prefeitos, incluindo o de Manaus. Observa-se que o partido demonstrou bom desempenho eleitoral nos Estados da Bahia, Minas Gerais e São Paulo, conquistando significativo número de prefeituras.

Ao se analisar o desempenho do PL por categorias de municípios, constata-se que é naquelas com até 100 mil eleitores que o partido conseguiu eleger maior número de prefeitos, característica semelhante ao PPB. Isto explicaria o fato de o PL ter eleito mais de 200 prefeitos e obtido apenas 3% dos votos.

Finalmente, o **Partido Social Democrático** (Fig. 11), com apenas 1,5%

dos votos, situou-se em décimo primeiro lugar nas eleições municipais de 2000. Disputou as eleições em 305 municípios e elegeu 111 prefeitos, sobretudo no Maranhão e no Ceará. Quanto à distribuição das suas prefeituras por categorias de municípios, por número de eleitores, percebe-se que elas se encontram principalmente na classe de 20 a 50 mil eleitores.

3. As eleições municipais e as candidaturas presidenciais

Após a identificação da geografia de cada um dos onze partidos políticos com melhor desempenho nas eleições municipais de 2000, esses partidos foram reunidos em dois grandes grupos, numa clivagem *direita versus esquerda*. Com esse recorte procurou-se aglutinar os partidos que, apesar de competirem acirradamente nas eleições municipais, se aliam no plano nacional, formando as duas grandes correntes políticas, que disputaram as eleições presidenciais de 1994 e 1998. Assim foram realizados dois mapas, o mapa da *direita* (Fig. 12), reunindo os sete partidos que, de alguma forma, apoiaram o governo FHC (PSDB, PMDB, PFL, PPB, PTB, PL e PSD), e o mapa da *esquerda* (Fig. 13), com os quatro partidos que a ele se opuseram sistematicamente (PT, PDT, PSB e PPS).

Da mesma forma que os mapas dos principais partidos que disputaram as eleições municipais de 2000, o mapa da *direita* e o da *esquerda* também localizam as respectivas prefeituras, através de círculos que expressam diferentes categorias de municípios, quanto ao tamanho do seu eleitorado. As capitais, por sua vez, são assinaladas com círculos vazios, de uma única dimensão.

Considerando-se o total de prefeituras ganhas, nas eleições de 2000, pelos partidos que integram as duas grandes correntes, tem-se o predomínio dos partidos de *direita* que totalizaram 4.632 prefeituras, enquanto os de *esquerda* se limitaram a 774. Essa vitória esmagadora da *direita* sobre a *esquerda* pode ser comprovada ao se comparar um mapa com o outro. Assim, enquanto o da *direita* mostra a grande densidade com que se distribuem as suas prefeituras por todo o País, o da *esquerda*, bem mais rarefeito, destaca a presença mais acentuada das suas prefeituras em certas áreas do território nacional.

Além desse aspecto, é importante investigar ainda as prefeituras conquistadas pela *direita* e pela *esquerda* por categorias de municípios, de acordo com o número de eleitores. Percebe-se que nos municípios com até 100.000 eleitores há um forte predomínio das prefeituras sob o comando dos partidos de *direita*, enquanto nos municípios acima desse patamar e nas capitais estaduais, os percentuais revelam uma situação de pequena superioridade das prefeitu-

turas em poder da *direita*. Portanto, do ponto de vista da máquina partidária municipal, com vistas à próxima disputa presidencial de 2002, os partidos de *direita* apresentam situação de evidente superioridade em relação aos de *esquerda*, sobretudo nos municípios com até 100.000 eleitores.

Naturalmente, ao se relacionar os resultados de uma eleição municipal com os de uma eleição presidencial, não se está falando em transferência de votos, pois as preocupações do eleitor numa eleição para prefeito são diferentes daquelas de uma eleição para presidente, e ele não fará necessariamente as mesmas escolhas partidárias. Assim, não se trata de transferência automática de votos, mas do grau de implantação dos partidos nos municípios, de sua *capilaridade*. Isso é importante porque a máquina partidária nos municípios (prefeitos, vereadores, cabos eleitorais, etc.) tem um papel fundamental na campanha dos candidatos presidenciais, principalmente nos pequenos municípios no interior do País.

Nessa perspectiva, as eleições municipais permitem estabelecer e reforçar as bases organizacionais dos partidos que sustentarão, dois anos depois, os candidatos à Presidência da República. Para avaliar a base territorial de cada partido, diversos indicadores podem ser considerados: os prefeitos eleitos pelos partidos, a composição das Câmaras Municipais, a existência de diretórios municipais, etc. Pode-se também considerar o número de votos obtidos pelos candidatos a prefeito dos diversos partidos, por ocasião do primeiro turno das eleições municipais, o que dá uma boa idéia da importância eleitoral dos partidos nos municípios. Além do mais, trata-se de uma informação confiável divulgada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Para testar a hipótese da influência das eleições municipais nos resultados da eleição presidencial, realizamos uma pesquisa de correlações, tomando-se por base as eleições municipais de 1996 e as presidenciais de 1998. Para o primeiro turno das eleições municipais de 1996, foram considerados os dois grupos de partidos: o de *direita* (PSDB, PMDB, PFL, PPB, PTB, PL e PSD) e o de *esquerda* (PT, PDT, PSB e PPS).

Já para as eleições presidenciais de 1998, selecionaram-se os partidos que deram sustentação a cada um dos dois principais candidatos: para FHC (PSDB, PMDB, PFL, PPB, PTB e PSD) e para Lula (PT, PDT e PSB). Convém lembrar, no entanto, que o PPS e o PL apoiavam então Ciro Gomes, candidato que obteve o terceiro lugar nessas eleições.

Para avaliar o grau de correlação, é preciso relacionar o número de votos obtidos pela *direita*, em 1996, com o número de votos recebidos por FHC, em 1998, e repetir o mesmo procedimento para os votos de *esquerda*, em 1996,

com os de Lula, em 1998. Como se trata de número de votos, os dados foram previamente transformados em *logaritmos naturais* (denominados **ln**), a fim de controlar os efeitos ligados às grandes diferenças existentes entre os números de eleitores nas unidades territoriais. Para contornar as mudanças ocorridas na malha municipal nesse intervalo de tempo, os dados municipais foram agregados, nesta análise, em microrregiões geográficas, definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A fim de avaliar o grau de ligação entre os resultados de 1996 e os de 1998, para cada um dos dois principais candidatos, foram realizados dois gráficos de correlação. O primeiro gráfico tem como abcissa o **ln** do número de votos da *direita* em 1996, e como ordenada o **ln** do número de votos recebidos por FHC em 1998 (Fig.14). O segundo gráfico tem como abcissa o **ln** do número de votos de *esquerda* em 1996, e como ordenada o **ln** do número de votos recebidos por Lula em 1998 (Fig.14). Nesses gráficos bivariados, cada ponto representa uma microrregião geográfica, posicionada em função dos resultados obtidos nas duas eleições.

No gráfico *Direita 96/FHC 98* (Fig.14), a nuvem de pontos toma uma forma muito alongada, o que revela a existência de uma ligação quase funcional entre os resultados da *direita* em 1996 e os de FHC em 1998. Um ajuste linear elementar resultou numa taxa de variância explicada de 82%, o que deixa pouco lugar a dúvidas: onde a *direita* obteve bons resultados na eleição municipal de 1996, alcançou também bom desempenho na eleição presidencial de 1998. Em contrapartida, no gráfico *Esquerda 96 / Lula 98* (Fig.14) a nuvem de pontos aparece dispersa, particularmente em relação aos valores baixos, onde o ajuste (não linear do tipo *Lowess*) mostra uma quase independência funcional até o valor 7.5, em torno de 1800 votos. Isto confirma a fragilidade da *esquerda*, sobretudo, nas microrregiões compostas por pequenos municípios do interior do País.

Pode-se concluir, portanto, que há uma forte ligação estatística entre os resultados obtidos pela *direita* na eleição municipal de 1996 e o número de votos recebidos por FHC em 1998. Assim que o TSE divulgue os resultados das próximas eleições presidenciais, seria interessante repetir esse procedimento, correlacionando os dados da eleição municipal de 2000 com os da eleição presidencial de 2002, não para mostrar, a qualquer preço, a pertinência dessa hipótese, mas sobretudo para continuar investigando o grau de relação existente entre o desempenho dos partidos nas eleições municipais e as candidaturas presidenciais.

A importância de se correlacionar os resultados das eleições municipais com os das eleições presidenciais parece, então, não deixar margem a dúvida.

Ela se baseia na capacidade de os partidos políticos, concorrentes no nível municipal, se aliarem, no plano nacional, para o lançamento de candidatos comuns à Presidência. Assim, foi possível observar que a união das forças políticas — à *direita* e à *esquerda* — permitiu uma relativa estabilidade dos resultados das eleições presidenciais, que ocorreram em 1989, 1994 e 1998, apesar das vicissitudes próprias a cada eleição.

4. Os mapas de síntese das eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998

Como dissemos, as eleições presidenciais que se deram no período pós-ditadura militar apresentaram resultados muito estruturados do ponto de vista territorial. Pode-se perguntar então se existe uma organização espacial recorrente que, apesar das especificidades de cada um dos escrutínios, expresse relações de forças sociais e políticas, que deixam marcas no espaço geográfico. Se isso for verdadeiro, haveria a possibilidade de se delimitar precisamente *regiões eleitorais*, com limites mais ou menos demarcados, que correspondessem a certos traços da organização do território brasileiro.

Para tentar responder a essas questões, um *algoritmo de classificação ascendente hierárquica* foi aplicado a uma tabela de dados, onde nas linhas constam as microrregiões geográficas e, nas colunas, uma série de indicadores estatísticos sobre as eleições de 1989 (1º e 2º turnos), 1994 e 1998, que compreendem:

- a porcentagem de abstenção em relação ao número de eleitores;
- a porcentagem de votos válidos no total de votos;
- a porcentagem de votos válidos obtidos por cada um dos principais candidatos, em cada escrutínio³.

As microrregiões geográficas, em número de 558, se constituem num nível de análise bastante adequado aos dados socioeconômicos para o conjunto do Brasil. Tais unidades territoriais são grupos de municípios polarizados, em geral, por uma cidade mais importante, a não ser nas áreas mais isoladas do País. Em função do seu fraco peso eleitoral, o arquipélago de Fernando de Noronha não foi levado em conta nessa análise. Portanto, foram feitos tratamentos estatísticos dos resultados eleitorais de 557 microrregiões, com a ajuda da versão 2 de Philcarto, programa de análise de dados geográficos.

O *algoritmo de classificação ascendente hierárquica*, em progressão, aproxima as microrregiões que se assemelham, quer dizer, as que apresentam desvios negativos ou positivos das mesmas variáveis, em relação à média nacional. O

desdobramento sucessivo em classes é representado por uma árvore de classificação, cuja base agrupa todas as unidades geográficas, e suas folhas representam cada uma das microrregiões. Para se obter uma repartição do conjunto das microrregiões em diversas classes, basta cortar a árvore num nível mais ou menos elevado: quanto mais baixo for o nível, menor será o número de classes e maior será a heterogeneidade das classes.

A hierarquia resultante do *algoritmo de classificação ascendente* associa-se a um índice que permite apreciar o grau de simplificação da divisão, produzida pela partição da árvore num determinado nível. Trata-se da relação entre a inércia (ou variância multivariada) da tabela de dados contendo as 557 microrregiões e a inércia calculada para as classes da partição. O exame da relação entre a inércia da divisão e a inércia total permite apreciar o grau de simplificação entre as classes e as microrregiões, podendo-se obter entre duas e doze classes. No nosso caso, foram identificadas oito classes, representadas cada uma delas em mapas do Brasil.

A interpretação das classes baseia-se nos seus perfis médios, quer dizer, na comparação entre a média de cada classe e a média geral, e isto é feito para cada um dos indicadores selecionados para a classificação. O exame das divisões sucessivas da árvore mostra que um corte no nível 7 permitiu detectar os 8 perfis eleitorais, representados nos mapas de síntese.

4.1 Dois Brasis

Para compreender a formação de classes é interessante examinar o desenvolvimento das partições sucessivas. No nível 0, o mais baixo na árvore, as microrregiões são reunidas numa única classe. Já no nível 1, o Brasil sai da primeira partição dividido em duas classes de dimensões muito desiguais.

A classe 1 (cinza escuro, Fig.15), com 187 microrregiões e 63,2% dos votos válidos do Brasil em 1998 (Fig.16), compreende os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, a parte central de Minas Gerais e a Região Sul, com exceção da metade-norte do Paraná; a esta classe acrescentam-se Brasília e ainda algumas capitais estaduais das Regiões Norte e Nordeste. Já a classe 2 (cinza claro, Fig.15), com 370 microrregiões e apenas 36,8% dos votos válidos em 1998 (Fig.16), cobre o resto do País, ou seja, a sua maior parte.

O exame dos perfis médios mostra que as duas classes e as estatísticas que a elas se referem expressam uma clivagem política principal: na classe 2, os eleitores deram ampla vantagem, em todas as eleições, aos candidatos *conservadores* vitoriosos (Collor em 1989, FHC em 1994 e 1998), enquanto na

classe 1 constata-se uma maior competição entre os candidatos, e nela se destacam percentuais mais elevados, não só para os *progressistas* Lula, Brizola, Covas e Ciro, mas também para outros postulantes *conservadores*, Maluf e Enéas. Acrescenta-se ainda, na classe 2, forte abstenção e fraca porcentagem de votos válidos, enquanto na classe 1 se observa o oposto (Fig.15).

Tem-se, então, dois tipos de comportamento eleitoral: o da classe 1, que expressa um sistema político *pluralista*, e o da classe 2, que se caracteriza por um sistema político *oligárquico*, no qual a diversidade de opiniões não se traduz em termos eleitorais. O que o mapa revela é que esta clivagem política é bastante nítida não só em termos estatísticos, mas também do ponto de vista geográfico.

Deve-se notar, no entanto, que essas duas classes iniciais se mostram bastante heterogêneas porque elas absorvem somente 21,1% da inércia total (Fig.15). Isto significa que há diferenças regionais ou locais no interior dessas duas classes, que refletirão, por sua vez, o caráter *pluralista* da classe 1 e o caráter *oligárquico* da classe 2.

4.2 O Sul e o Rio de Janeiro socialistas

Cortando-se a árvore da hierarquia no nível 2, aparece a classe 3 (Fig.17), localizada em áreas do Centro-Sul do País, que faz parte do Brasil *pluralista*, e engloba: Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e Rio de Janeiro (Região Metropolitana, Vale do Paraíba Fluminense e região de Campos e Macaé). A classe 3 reúne 46 microrregiões e 16,8% dos votos válidos do Brasil em 1998 (Fig.18). Nesta classe, a abstenção é fraca e a porcentagem de votos válidos elevada (Fig.15). Brizola vence no primeiro turno de 1989 (57,3% dos votos válidos), enquanto Lula sai vitorioso no segundo turno de 1989 (71,9%), e obtém em 1994 (30,2%), e em 1998 (46,8%).

Ainda que Brizola e Lula, somadas as suas votações, predominem nos 4 escrutínios, observa-se que, em 1994, Amin (5,2%) e Enéas (10,6%) obtiveram boas votações, assim como Ciro, em 1998 (8,3%). Desse modo, os antigos redutos de Brizola viram o aparecimento de novas forças políticas, através das candidaturas de Amin, Enéas e, posteriormente, Ciro.

4.3 O Nordeste atrasado

No interior do bloco heterogêneo que forma a classe 2, denominada Brasil *oligárquico*, no nível 1 da árvore hierárquica, (cinza claro, Fig.15), destacam-se 179 microrregiões, no nível 3, para formar a classe 5 que representa

15,1% dos votos válidos do Brasil em 1998 (Figs.17 e 18). É num só bloco que a Região Nordeste se individualiza. A este conjunto acrescentam-se várias microrregiões: o Estado do Acre (com exceção da capital Rio Branco), o leste do Tocantins, o nordeste de Minas Gerais e as microrregiões limítrofes de certas capitais: Manaus, Macapá, Belém, São Luís, Teresina, Natal, João Pessoa, Recife, Salvador e Brasília.

A classe 5 apresenta um perfil marcado por porcentagens de votos válidos inferiores à média nacional. Tratando-se do interior do Nordeste, fora as capitais, esta característica se explica sem dúvida pelo analfabetismo, freio evidente ao exercício da cidadania, mas também pelas estruturas sociais arcaicas que desencorajam as tentativas de mudança política. Um tal contexto se traduz por uma vantagem importante dos candidatos *conservadores*, que alcançam sempre amplas votações com desvios consideráveis: +24,4 pontos para Collor no primeiro turno de 1989 e +25,8 no segundo turno; +37,6 pontos para FHC em 1994 e +34,4 em 1998. A classe 5 definiu assim os contornos de um Brasil *conservador e atrasado*.

4.4 O Ceará

No interior do bloco heterogêneo que formava a classe 2, denominado Brasil *oligárquico*, no nível 1 da árvore hierárquica (cinza claro, Fig. 15), 33 microrregiões, que representam 4,2% dos votos válidos do Brasil em 1998, destacam-se, no nível 4, para formar a classe 4 (Fig.17). Trata-se, nesse caso, mais de uma *nuance* do que de uma clivagem. O exame do perfil da classe 4 dá a explicação do comportamento singular do Ceará no conjunto nordestino, onde dois candidatos se encontram particularmente bem implantados: Covas em 1989 (17,9%) e Ciro em 1998 (34,1%). Mesmo que Collor, no 2º turno de 1989 (58,2%), e FHC, em 1994 (61,8%), tenham tido ampla maioria, Ciro ultrapassa no Ceará, em 1998, os dois principais líderes nacionais, com 34,1%, enquanto Lula obtém 32,6% e FHC atinge apenas 30,7%. A classe 4 traduz então uma evolução particular do Ceará que abre um terceiro caminho entre um conservadorismo fechado e uma improvável evolução à *esquerda*.

4.5 O leste de Santa Catarina e São Paulo

No nível 5 da hierarquia, 78 microrregiões se destacam no Brasil *pluralista* e se dividem novamente no nível 7. Estas duas divisões mostram a caracterís-

tica original do leste de Santa Catarina, classe 6 (Fig. 19), de um lado, e o Estado de São Paulo, classe 8 (Fig.19), de outro.

Na classe 6, composta por 15 microrregiões da metade-leste do Estado de Santa Catarina, representando 2,9% dos votos válidos do Brasil em 1998 (Fig. 18), Collor (27,3%) vence no primeiro turno da eleição de 1989, seguido de perto por Brizola (20,1%); porém, o terceiro colocado não é Lula (9,4%), ultrapassado por Afif (9,7%), que alcança aí uma das suas melhores votações. Já no segundo turno de 1989, Collor com 54,7% leva vantagem sobre Lula, que obtém 45,3%. Na eleição de 1994, o esquema geral da relação de forças se transforma: FHC chega em primeiro lugar com 36,8%, e Brizola é derrotado (2,1%), permitindo assim a Lula chegar em segundo lugar, com 23,4%. Porém, nesta região, deve ser assinalado o desempenho de Amin (22,6%), que aí alcança o terceiro lugar, ficando a somente 0,8 pontos abaixo de Lula.

O conjunto de 63 microrregiões que compõem o Estado de São Paulo pertence à classe 8, que representa quase um quarto dos votos válidos (24%) em 1998 (Figs.18 e 19). É lá que diversos candidatos, sobretudo, paulistas, alcançam boas votações, ou até mesmo o melhor desempenho em relação às outras classes. Este é particularmente o caso de Maluf, que obtém 23,5% dos votos válidos em 1989, e de Orestes Quércia com 5,7%, em 1994. Mário Covas, em 1989, alcança aí 22,7% e Enéas obtém igualmente boa votação em 1994, com 8,9%, mas somente 2,4% em 1998. Assim, o Estado de São Paulo, situando-se à *direita* (FHC obtém aí 55,7% dos votos válidos em 1994 e 59,9% em 1998), difere do conjunto do Brasil por um segundo nível de competição entre candidatos, localmente bem implantados, mas que não alcançam mais do que 10% dos votos válidos no plano nacional.

4.6 As regiões agrícolas modernas

No nível 6 da hierarquia, destaca-se do Brasil *oligárquico* um conjunto de 93 microrregiões, para formar a classe 2, que reúne 14% dos votos válidos do País em 1998, e se localiza principalmente na metade-norte do Paraná, Mato Grosso do Sul, sul de Mato Grosso, maior parte de Goiás, oeste, sul e leste de Minas Gerais e a maior parte do Espírito Santo (Figs.18 e 20). Este conjunto corresponde, em grande parte, a fronteiras agrícolas já consolidadas, sobretudo em áreas de cerrados do Centro-Oeste que, como se sabe, foram valorizadas graças às plantações de soja, destinadas ao mercado internacional. No caso de Minas Gerais e do Espírito Santo, as regiões relacionadas são, em parte, aquelas onde a exploração do café foi racionalizada para responder também às deman-

das dos mercados mundiais. Assim, ainda que se trate de regiões geográficas muito diferentes, elas se inserem no Brasil que participa da economia capitalista mundializada. Não deve, então, causar surpresa o seu perfil eleitoral *conservador*: FHC, que promoveu a ruptura com a economia nacionalizada, abrindo o Brasil aos investimentos estrangeiros e aos mercados mundiais, obtém nessas regiões votações muito elevadas, 66,3% em 1994 e 64,3% em 1998.

4.7 A Amazônia

Com exceção das suas principais cidades, a Amazônia, que se estende até o norte de Mato Grosso e oeste do Tocantins, forma a quarta parte do Brasil *oligárquico*, classe 7 (Fig.20). Tem-se aqui o Brasil menos *pluralista*, onde a escolha do candidato *conservador* realmente se impõe. Nele, a abstenção é particularmente elevada, superior à do Nordeste, mas, ao contrário desta Região, os votos válidos situam-se pouco abaixo da média nacional. Pode-se pensar que aí os eleitores encontrem dificuldades para chegar até às zonas eleitorais, o que explicaria a elevada abstenção. Porém aqueles que conseguem votar, o fazem mais corretamente, em razão de taxas mais baixas de analfabetismo.

4.8 O Centro-Sul de Minas Gerais, o Sudoeste do Paraná e as capitais da metade-norte do País

As segmentações sucessivas do Brasil *pluralista* formam um conjunto, a classe 1, composta por 63 microrregiões (Fig.20), que representam 19,4% dos votos válidos do total do País em 1998. O principal subconjunto geográfico dessa classe, com centro em Belo Horizonte, se prolonga pelo sul até o interior do Estado do Rio de Janeiro. Encontram-se outras microrregiões que pertencem também à classe 1, no sudoeste do Paraná e em várias capitais na metade-norte do País (Fig.20).

O perfil da classe 1 expressa a existência de uma forte competição, na qual a *direita* não atinge nunca os elevados percentuais que alcança no plano nacional, e onde Lula obteve votações superiores à sua média nacional, sem atingir, no entanto, os altos índices do Rio Grande do Sul. A existência de um eleitorado proletário nessa região de Minas Gerais, em grande parte industrial, explica, sem dúvida, a importância do voto a favor de Lula.

Já no sudoeste do Paraná, o sucesso de Lula deve-se, principalmente, ao desenvolvimento das lutas dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra, o que explicaria a forte atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ligado politicamente ao PT.

Finalmente, as microrregiões de Porto Velho, Rio Branco, Manaus, Macapá, Belém, São Luís, Teresina, Natal, João Pessoa, Recife, Aracaju, Salvador, Vitória e Brasília pertencem também à classe 1 (Fig.20). Outras microrregiões de cidades importantes do Nordeste completam este grupo, principalmente, Mossoró e Campina Grande, além do entorno de Recife e Salvador. Todas essas microrregiões urbanas aparecem como ilhas *progressistas* num oceano *conservador*.

Após a caracterização dos 8 perfis eleitorais identificados por essa análise, vale observar que a inércia por eles explicada atinge 55,5% da inércia total (Fig. 17). Isto significa que substituindo-se as porcentagens observadas nas 557 microrregiões por apenas 8 classes, dá-se conta de mais da metade da variação dessas porcentagens, o que é um avanço importante para quem procura, na complexidade dos dados, algumas grandes estruturas territoriais que sejam significativas. Por outro lado, 55,5% da inércia explicada por essas 8 classes não se constitui num resultado excepcional, porque este número faz pensar que existam diversas variações locais, que traduzem uma certa oscilação no comportamento dos eleitores ao longo dessas três eleições.

Esta discussão mostra, por sua vez, a importância de se realizar uma geografia das eleições presidenciais no plano nacional, mas revela também que esta abordagem é insuficiente se ela não for acompanhada por estudos regionais e locais. Este é, pois, um dos objetivos do Atlas das Eleições Presidenciais e Municipais no Brasil: fornecer mapas dos resultados eleitorais para o Brasil como um todo, seus Estados e Regiões Metropolitanas.

5. As candidaturas presidenciais de 2002 e suas bases eleitorais

A identificação dos 8 perfis eleitorais, através dos mapas de síntese das eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998, demonstrou a existência de *regiões eleitorais*, com contornos bem definidos. Assim, observou-se que a maior parte do território nacional, representado pelas classes 2, 4, 5 e 7, integra o Brasil *oligárquico*, onde imperam as forças políticas de *direita*. Já nas classes 1, 3, 6 e 8, que compõem o Brasil *pluralista*, tem-se maior competição eleitoral entre as forças políticas *conservadoras* e *progressistas*.

Além da delimitação de *regiões eleitorais*, buscou-se também neste artigo avaliar o grau de influência que o desempenho dos partidos nas eleições municipais tem no resultado das eleições presidenciais. Isto pôde ser observado pela análise dos gráficos de correlação, que comprovou uma forte ligação esta-

tística entre os resultados obtidos pela *direita* na eleição municipal de 1996 e o número de votos recebidos por FHC em 1998.

Assim, às comprovações evidenciadas pelos mapas de síntese e pelos gráficos de correlação, deve-se acrescentar ainda o predomínio dos partidos de *direita* nos municípios com até 100.000 eleitores, e sua vantagem, ainda que discreta, nos municípios acima desse patamar, nas eleições municipais de 2000.

Portanto, um conjunto de evidências levaria a crer que as próximas eleições presidenciais de 2002 seriam ganhas, mais uma vez, pelas forças *conservadoras*: o predomínio da *direita* no Brasil *oligárquico*; sua capacidade de competir no Brasil *pluralista*; a forte correlação observada entre boas votações para a *direita* nas eleições municipais de 1996 e o bom desempenho do seu candidato nas eleições presidenciais de 1998; e, ainda, a vitória dos partidos de *direita* nas eleições municipais de 2000.

Porém, as dificuldades de FHC e do seu partido, o PSDB, em manter as alianças políticas bem sucedidas com o PFL, responsáveis pelas vitórias eleitorais de 1994 e 1998, faz com que o cenário que se desenha da próxima eleição presidencial não sinalize, até o momento, para a vitória de José Serra, candidato *oficial* dos partidos que compõem a base de sustentação do governo.

Essa situação ocorre apesar do acordo do PSDB com o PMDB que, juntos, construíram a aliança eleitoral mais poderosa dessa campanha presidencial. Como vimos, o PSDB foi o partido mais bem sucedido quanto à porcentagem de votos, em 2000, e o PMDB o que conquistou o maior número de prefeituras nessas eleições. No entanto, a impopularidade do governo FHC tem impedido que o seu candidato se encontre bem posicionado nas pesquisas de intenção de voto, apesar de ter à sua disposição a máquina eleitoral mais bem estruturada entre todos os candidatos à Presidência.

As dificuldades enfrentadas pelo candidato José Serra, não se devem apenas ao rompimento do PFL com o PSDB e à impopularidade do governo FHC, mas também à *questão regional*, que, embora não seja explicitada, está sempre presente na política brasileira. Essa questão diz respeito à disputa existente entre as elites políticas estaduais pelo comando da Federação, o que significa o acesso *privilegiado* aos recursos políticos e financeiros em poder da União.

Como se sabe, um eventual governo de José Serra, após dois mandatos de FHC, representaria doze anos de domínio ininterrupto da elite política paulista sobre o governo federal, o que só aconteceu na história republicana brasileira nos governos de Prudente de Morais (1894/1898), Campos Sales (1898/1902) e Rodrigues Alves (1902/1906).

De fato, o *hegemonismo* de uma mesma elite política estadual tem sido motivo de tensões na história brasileira. Assim, a ruptura da lógica da alternância no poder entre membros das elites políticas estaduais, como a ocorrida em 1929, dá origem à Revolução de 1930, na qual mineiros e gaúchos se revoltam contra o *hegemonismo* paulista. Na verdade, essa Revolução é desencadeada quando o Presidente Washington Luís, descumprindo a *política do café com leite*, lança como candidato o também paulista Júlio Prestes.

Como resultado das derrotas de São Paulo nas Revoluções de 1930 e 1932, o principal Estado do País ficou fora do comando da Federação por 65 anos, desde Washington Luís, em 1930, até Fernando Henrique Cardoso, em 1995, com exceção dos sete meses do governo de Jânio Quadros. Paradoxalmente, quando os paulistas voltam ao poder, o fazem pelas mãos de um mineiro, o Presidente Itamar Franco, que certamente tinha a expectativa de superar, com esse gesto, as antigas divergências entre esses dois Estados, que remontam aos acontecimentos de 1929/1930. Itamar não contava, porém, com a volta do *hegemonismo* paulista, que se configurou através da emenda da reeleição, permitindo um segundo mandato a FHC.

Mas se, em 1998, a elite política mineira se sentiu novamente *traída* pelos paulistas com a reeleição de FHC, em 2002, são os cearenses, *tucanos* de primeira hora, que se sentem preteridos com a escolha de mais um candidato do PSDB paulista, em detrimento das pretensões do governador do Ceará, Tasso Jereissati.

Portanto, as dificuldades enfrentadas atualmente pelo candidato José Serra resultam não só de uma reação ao *hegemonismo* dos *tucanos* paulistas, mas também da ruptura do PFL com o PSDB e da impopularidade de FHC, cujo governo vem sendo atingido pela crise da dívida pública, pela política de juros altos, pela estagnação econômica e pelo elevado índice de desemprego.

Já Lula, candidato colocado em segundo lugar nas eleições de 1989, 1994 e 1998, apesar de derrotado, perde cada eleição apresentando crescimento, ao passar de 17,1%, no primeiro turno de 1989, para 27,0%, em 1994, e 31,7%, em 1998. Nesse processo, Lula se afirmou como a principal liderança de *esquerda* no País, e o seu desafio nas eleições presidenciais de 2002 é o de ultrapassar o limite de um terço dos votos na média nacional, percentual recorrente de votação da *esquerda* nessas três eleições.

De fato, quando são somados os percentuais obtidos pelos candidatos de *esquerda*, Lula e Brizola, como rivais, no primeiro turno de 1989 e em 1994, ou como aliados, em 1998, verifica-se que são, aproximadamente, os mesmos, isto é, 33,8%, em 1989, 30,2%, em 1994, e 31,7%, em 1998. Logo o crescimento de Lula, a cada eleição, se deu basicamente no âmbito da própria *esquerda*, após os fracassos eleitorais de Brizola.

Apesar desse crescimento, muitos são os desafios de Lula para romper a barreira de um terço de votos da *esquerda* brasileira, dentre eles a necessidade de melhorar o seu desempenho nos municípios com até 100.000 eleitores, onde os candidatos de *direita* obtêm sistematicamente altas votações.

Outro desafio a ser enfrentado pelo candidato é melhorar, substancialmente, suas votações em São Paulo e Minas Gerais, Estados que concentram cerca de 33% do eleitorado brasileiro. Nas eleições de 1998, por exemplo, Lula obteve 28,8%, em São Paulo, e 28,1%, em Minas, percentuais inferiores ao de sua média nacional, da ordem de 31,7%. A necessidade de crescer nos dois maiores colégios eleitorais do País poderia explicar as *polêmicas* alianças realizadas pelo PT com Orestes Quéricia, do PMDB de São Paulo, e com o Senador José Alencar, do PL de Minas Gerais.

Nas eleições de 2000, o PT obteve em São Paulo 24,8% dos votos, a maior porcentagem alcançada por um partido no Estado. Além disso, conquistou 13 das 38 prefeituras dos municípios paulistas com mais de 100.000 eleitores, o que significa dizer que um terço das cidades mais importantes de São Paulo são governadas pelo PT. No entanto, o partido mostra-se fraco nos *grotões* paulistas, onde o PMDB de Quéricia apresentou bom desempenho. Sabe-se que, em São Paulo, o PMDB elegeu 111 prefeitos e obteve apenas 7,7% dos votos nas eleições de 2000, indicando que seu sucesso é maior junto aos eleitores de pequenos municípios do interior.

Já em relação à aliança com o Senador José Alencar, um dos empresários mais bem sucedidos do País e candidato à Vice-Presidente na chapa encabeçada por Lula, o PT busca não só reduzir a oposição do empresariado ao seu líder, mas também melhorar o seu desempenho em Minas Gerais. Mas se José Alencar poderia ser considerado o candidato *ideal* à vice-presidência na chapa de Lula, ele apresenta o inconveniente de pertencer ao PL, partido de *direita*, de comportamento *heterodoxo*, uma vez que na Bahia é ligado a Antônio Carlos Magalhães do PFL, em São Paulo a Paulo Maluf do PPB e no Rio de Janeiro a Anthony Garotinho, candidato do PSB à Presidência.

Assim, se essas alianças eleitorais visam ultrapassar a barreira de um terço de votos normalmente obtido pela *esquerda*, possuem, no entanto, o inconveniente de gerar um certo desconforto no eleitorado tradicional do PT, geralmente refratário a acordos eleitorais com partidos de *direita*. Portanto, o PT vive uma verdadeira *sinuca de bico*, pois se, por um lado, precisa fazer alianças à *direita* para viabilizar a candidatura de Lula, por outro, corre o risco de perder votos à *esquerda*, e acabar sendo vítima do que se poderia chamar de *efeito Jospin*.

Quanto a Ciro Gomes, terceiro colocado na eleição presidencial de 1998, o problema que enfrentou naquela ocasião foi a inexistência de estruturas territoriais alternativas às forças dominantes representadas, de um lado,

por FHC, o PSDB e a *direita*, e, de outro, por Lula, o PT e a *esquerda*. Como se sabe, a geografia eleitoral do terceiro lugar nas eleições de 1989, 1994 e 1998 tem se alterado a cada pleito, dependendo, fundamentalmente, das conjunturas políticas, ao contrário dos padrões de votação dos candidatos vitoriosos e do segundo colocado, que apresentaram, de modo geral, grande estabilidade.

Desse modo, a sua candidatura não representa, em 2002, uma *terceira via*, mas sim uma tentativa de setores políticos à *esquerda*, como o PPS e o PDT, e à *direita*, como o PTB, de garantirem, através da Frente Trabalhista, a sobrevivência de suas agremiações, ameaçadas pelos partidos que vão se tornando hegemônicos, eleição após eleição, como é o caso do PT e do PSDB.

Na verdade, os partidos que integram a Frente Trabalhista, isoladamente, não teriam força para sustentar candidaturas próprias, uma vez que se tratam de agremiações sem *capilaridade* no País. Porém, reunidos numa Frente, ganham dimensão nacional, que pode ser avaliada pela máquina eleitoral resultante da eleição de 851 prefeitos e pela obtenção de 17,7% dos votos, nas eleições municipais de 2000.

Assim, apesar de esses partidos terem importância política muito localizada, o PPS mais bem implantado nos Estados do Ceará e Pernambuco, o PDT no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul e o PTB na Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, a candidatura de Ciro, através da Frente, contaria com máquina política nos oito estados mais importantes do País, do ponto de vista eleitoral.

Porém, Ciro só se tornou um candidato verdadeiramente competitivo, na atual campanha presidencial, na medida em que recebeu a adesão do PFL, um dos partidos de *direita* mais bem estruturados no País. Sabe-se que o PFL ficou órfão de candidato, com os fatos que levaram Roseana Sarney a desistir de concorrer à Presidência, e se encontra impossibilitado de apoiar José Serra, em função do seu rompimento com FHC.

Mas se, por um lado, a Frente Trabalhista, reforçada com o apoio do PFL, conferiu a Ciro Gomes competitividade eleitoral pela amplitude das forças que o sustentam, por outro, apresenta a desvantagem da sua *heterogeneidade*, uma vez que reúne figuras tão díspares, quanto Roberto Freire, do PPS, Leonel Brizola, do PDT, José Carlos Martinez, do PTB, e Antônio Carlos Magalhães, do PFL. Não é difícil prever que uma composição tão heterogênea possa dar origem a conflitos, num eventual governo de Ciro.

Por fim, Anthony Garotinho, candidato do PSB, partido com expressão política apenas nos Estados de Pernambuco e Rio de Janeiro, tem suas chances de vitória muito reduzidas, pela fragilidade do seu partido nos principais colé-

gios eleitorais do País, particularmente São Paulo e Minas Gerais. Além disso, o candidato apresenta ainda uma outra fraqueza, que é o fato de não ter conseguido fazer alianças com partidos que tenham implantação nacional.

Em contrapartida, Garotinho conta com o decidido apoio das igrejas evangélicas, que apresentaram expressivo crescimento nas últimas duas décadas⁴. Apesar disso, o número de evangélicos não ultrapassa 15,4% da população brasileira, de acordo com o Censo de 2000. No entanto, se por um lado o candidato conta com esse *eleitorado cativo*, por outro corre o risco de ser rejeitado por eleitores filiados a outras confissões religiosas, uma vez que a sua candidatura está fortemente identificada com as igrejas evangélicas. Assim, o *slogan* “Evangélico vota em evangélico”, propagado nos cultos protestantes, vem sendo criticado por diversos setores da sociedade, por misturar indevidamente escolhas políticas com filiação religiosa.

6. Conclusão

Após a publicação do Novo Atlas Eleitoral do Brasil sobre as eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998, sentimos a necessidade de estudar a geografia eleitoral brasileira por um outro ângulo: o das eleições municipais. Assim, o capítulo que se refere às eleições de 2000 no Atlas das Eleições Presidenciais e Municipais no Brasil, existente no CD-ROM que acompanha este número da revista ALCEU, se constitui uma novidade, em relação aos trabalhos já publicados pela nossa equipe, uma vez que incorpora a análise de um outro tipo de eleição, a dos prefeitos. Este Atlas permitiu, então, avaliar as bases geográficas de cada um dos principais partidos políticos brasileiros e observar o seu desempenho nos municípios.

Através dos resultados alcançados pelos partidos, pôde-se calcular então a importância de cada um deles: pelo percentual de votos válidos obtidos nas eleições de 2000, pelo número de prefeituras conquistadas e ainda pelas categorias de municípios em que se distribuem suas prefeituras, segundo número de eleitores. Esta análise pôde mostrar, então, a força de cada um dos partidos e dar pistas sobre as suas chances na disputa pela Presidência da República.

Para avaliar a influência das eleições municipais sobre as presidenciais procurou-se investigar a existência de correlações estatísticas entre os resultados desses dois pleitos. Como vimos, foi positiva a correlação entre o desempenho dos partidos de *direita* nas eleições de 1996 e as votações de FHC em 1998. Já em relação às votações dos partidos de *esquerda* em 1996 e o desempenho de Lula em 1998 a correlação se mostrou menos significativa, válida sobretudo para as microrregiões das grandes cidades, áreas onde a *esquerda* tem tido mais sucesso junto ao eleitorado. Naturalmente, a hipótese da

influência das eleições municipais sobre as presidenciais ganhará mais consistência na medida em que for testada para outras eleições, como as municipais de 2000 e as presidenciais de 2002.

Outro tratamento estatístico aqui realizado, através da utilização do *algoritmo de classificação ascendente hierárquica* contribuiu para a identificação de *regiões eleitorais* no País. As análises feitas, até então, a partir da comparação entre mapas das três eleições presidenciais, ficaram mais nítidas através dos mapas de síntese. De fato, a identificação das microrregiões que integram o Brasil *oligárquico* e o Brasil *pluralista*, é bastante reveladora sobre o comportamento político dos eleitores brasileiros.

Assim, após a identificação das *regiões eleitorais*, pôde-se concluir que a *direita* é amplamente majoritária em nosso País. Constatou-se que o espaço geográfico ocupado pelo Brasil *oligárquico*, que corresponde a 370 microrregiões, é muito superior ao do Brasil *pluralista*, que engloba 187 microrregiões. Vale lembrar que a *direita*, além de ser hegemônica no Brasil *oligárquico*, se apresenta competitiva no Brasil *pluralista*.

Essa superioridade da *direita* foi percebida ainda pelos resultados das eleições municipais de 2000, uma vez que os partidos *conservadores* obtiveram 66% dos votos válidos e também conquistaram 84% das prefeituras brasileiras. Além disso, observa-se que eles predominam em todas as categorias de municípios, revelando, porém, grande superioridade em relação à *esquerda* nos municípios com até 100.000 eleitores.

Desse modo, os candidatos de *direita* à Presidência, não obstante contarem com forte apoio da máquina eleitoral *conservadora*, que domina o Brasil *oligárquico*, precisam também conquistar os eleitores do Brasil *pluralista*, pois, afinal, nessa porção do território brasileiro se concentraram 63% dos votos válidos, nas três eleições presidenciais. Com tal objetivo, os candidatos vitoriosos, Collor em 1989 e FHC em 1994 e 1998, recorreram a um discurso *moderno* para cativar os eleitores dos grandes centros urbanos, que integram o Brasil *pluralista*, ao mesmo tempo em que se beneficiaram da máquina clientelística que domina o Brasil *oligárquico*.

Portanto, o amplo predomínio das forças *conservadoras* no País indicaria mais uma vitória dos partidos de *direita*, nas eleições presidenciais de 2002. Porém, ao contrário de 1994 e 1998, na presente eleição os partidos de *direita* se encontram divididos, depois do rompimento do PFL com o PSDB. Assim, enquanto o candidato *oficial*, José Serra (PSDB), reúne em sua campanha uma parte da *direita*, Ciro Gomes (PPS) vem atraindo, cada vez mais, setores *conservadores*, apesar de ter tido a sua candidatura lançada por um partido de *esquerda*.

Por conseguinte, a viabilidade eleitoral de Ciro se dá quando o PFL e outros setores da *direita*, rompidos com FHC, aderem ao seu nome, e não

em razão da força dos partidos de *esquerda* que o apóiam (PPS e PDT). Apesar dessa momentânea divisão da *direita*, acredita-se que o seu eleitorado tenderá a votar num dos candidatos com mais chances de enfrentar a *esquerda*. Se isto não acontecer no primeiro turno, poderá ocorrer no segundo.

Quanto à *esquerda*, mais uma vez, ela se apresenta dividida entre vários candidatos, como nas eleições anteriores. Apesar disso, é indiscutível o crescimento de Lula, a cada pleito de que participa, mas esse aumento em suas votações tem, porém, um caráter *endógeno*, ou seja, se dá no interior da própria *esquerda*.

Naturalmente, o fato de Lula ter se tornado o principal nome da *esquerda* brasileira se constitui numa novidade na política nacional, se considerarmos que as correntes *progressistas* sempre estiveram muito divididas entre vários líderes e partidos. Porém, para se chegar à Presidência é preciso muito mais do que a terça parte dos votos que a *esquerda* tem alcançado nas eleições presidenciais do período pós-ditadura militar. Para atingir esse objetivo, Lula precisaria atrair os *órfãos* do Plano Real, eleitores de FHC decepcionados com o seu governo. Além disso, o candidato necessitaria estabelecer alianças políticas com partidos de *direita*, como a que foi feita com o PL, mas isso desagradará parte ponderável dos militantes e eleitores que tradicionalmente votam no PT.

Diante desse quadro, a incógnita da presente campanha é saber se o campo *conservador* vai continuar dividido, ou se terá capacidade de se recompor, assim que ficar definido qual dos dois candidatos apoiados pela *direita*, José Serra ou Ciro Gomes, terá mais condições de enfrentar Lula, o principal postulante da *esquerda*. Este, por sua vez, só terá chance de vitória caso consiga conquistar o apoio de parte da *direita* para a sua candidatura.

Cesar Romero Jacob
Professor da PUC-Rio

Dora Rodrigues Hees
Professora da PUC-Rio

Philippe Waniez
Pesquisador do Instituto de Pesquisa para o
Desenvolvimento (IRD), Paris

Violette Brustlein
Engenheira do Centro de Pesquisa e
Documentação sobre a América Latina (CREDAL),
do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), Paris

Notas

*A elaboração do *Atlas das Eleições Presidenciais e Municipais no Brasil* foi possível graças à cooperação do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, especialmente de André Luís Correa de Araújo, que facilitou à nossa equipe o acesso aos resultados das eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998, e das eleições municipais de 1996 e 2000, para o conjunto dos municípios brasileiros. Gostaríamos de manifestar, ainda, nosso agradecimento a Nelson Soler Saintive, pela colaboração prestada à realização deste trabalho.

1. Cesar R. Jacob, Dora R. Hees, Philippe Waniez e Violette Brustlein. CD-ROM Novo Atlas Eleitoral do Brasil. In: *ALCEU*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2000.

2. Este artigo apresenta, em preto e branco, alguns dos mapas, em cores, contidos no CD-ROM *Atlas das Eleições Presidenciais e Municipais no Brasil*. Apresenta também mapas que não se encontram no CD-ROM, como os dos partidos de *direita* e de *esquerda*, e os mapas de síntese, relativos às *regiões eleitorais*.

3. Indica-se, a seguir, entre parênteses, o nome pelo qual cada um dos candidatos é mais conhecido:

- 1989: Fernando Collor de Melo (Collor), Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), Leonel Brizola (Brizola), Mário Covas (Covas), Paulo Maluf (Maluf), Afif Domingos (Afif), Ulysses Guimarães (Ulysses) e Enéas Carneiro (Enéas);
- 1994: Fernando Henrique Cardoso (FHC), Lula, Enéas, Orestes Quércia (Quércia), Brizola e Esperidião Amin (Amin);
- 1998: FHC, Lula, Ciro Gomes (Ciro) e Enéas.

4. A este respeito, ver: P. Waniez, V. Brustlein, C. R. Jacob, D. R. Hees, M. C. Bingemer e M. Pereira. Geografia da Filiação Religiosa no Brasil. In: *Magis, Cadernos de Fé e Cultura*, Especial n. 1, 2002.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alberto Carlos. *Como são feitas as pesquisas eleitorais e de opinião*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

AMARAL, Roberto. *FHC: os paulistas no poder*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 1995.

JACOB, C. R., HEES, D. R., WANIEZ, P., BRUSTLEIN, V. A eleição presidencial de 1994 no Brasil: uma contribuição à geografia eleitoral. In: *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, Vol. IV, n. 3, 1997, pp. 17-86.

JACOB, C. R., HEES, D. R., WANIEZ, P., BRUSTLEIN, V. As eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura militar: continuidade e mudança na geografia eleitoral. In: *ALCEU*. Rio de Janeiro, v.1, n. 1, 2000, pp. 102-151.

NICOLAU, Jairo Marconi. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

- SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.
- THÉRY, H., WANIEZ, P. 4 500 points pour jauger une élection brésilienne. In: *La lettre d'Odile*, Montpellier, n. 5, février, 1991.
- THÉRY, H., MARCHAL, O., WANIEZ, P. La géographie électorale du Brésil après l'élection présidentielle de 1989. In: *Cahiers des Sciences Humaines*, Paris, n.3, 1992, pp. 535-554.
- WANIEZ, P., BRUSTLEIN, V., JACOB, C. R., HEES, D. R. La géographie électorale du Brésil lors de l'élection présidentielle de 1994. In: *Cahiers des Amériques Latines*, Paris, n. 24, 1997, pp. 131-154.
- WANIEZ, P., BRUSTLEIN, V., JACOB, C. R., HEES, D. R. Une lecture du nouvel Atlas électorale du Brésil. In: *Lusotopie*, Paris, 2000, pp. 537-577.
- WANIEZ, P., BRUSTLEIN, C. R., HEES, D. R. *Comunicação Cartográfica: o mapeamento dos resultados eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio e São Paulo: Loyola, 2002.
- WANIEZ, P., BRUSTLEIN, V., JACOB, C. R., HEES, D. R., BINGEMER, M. C., PEREIRA, M. Geografia da Filiação Religiosa no Brasil. In: *Magis, Cadernos de Fé e Cultura*, Especial n. 1, 2002.

Resumo

Neste artigo os autores analisam os resultados das eleições municipais brasileiras de 2000, procurando estabelecer as bases de uma geografia eleitoral dos partidos políticos. Buscam, também, avaliar a existência de correlações entre os resultados das eleições municipais e presidenciais. Além disso, a partir das eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998, elaboram mapas de síntese a fim de identificar *regiões eleitorais* no Brasil. O artigo se constitui numa interpretação de alguns dos 1.200 mapas que integram o CD-ROM Atlas das Eleições Presidenciais e Municipais no Brasil.

Palavras-chave

Brasil, geografia eleitoral, eleição presidencial, eleição municipal, partidos políticos, regiões eleitorais.

Resumé

Dans cet article, les auteurs analysent les résultats des élections municipales brésiliennes de 2000, en cherchant à établir les bases d'une géographie électorale des partis politiques. Ils tentent aussi d'évaluer l'existence de corrélations entre les résultats des élections municipales et présidentielles. De plus, à partir des élections présidentielles de 1989, 1994 et 1998, ils élaborent des cartes de synthèse afin d'identifier des régions électorales au Brésil. L'article repose sur l'interprétation de quelques-unes des 1200 cartes qui composent le CD-ROM Atlas des Elections Présidentielles et Municipales du Brésil.

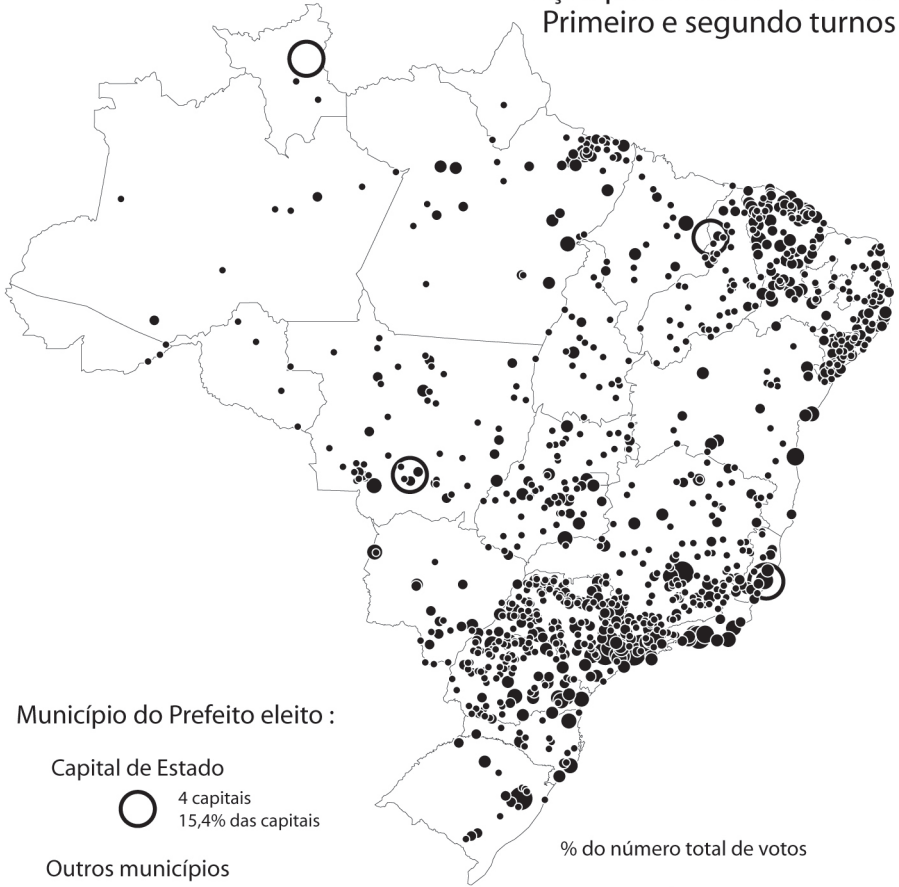
Mots-clé

Brésil, géographie électorale, élection présidentielle, élection municipale, partis politiques, régions électorales.

Figura 1

Partido da Social Democracia Brasileira

Eleição para Prefeito em 2000
Primeiro e segundo turnos



Município do Prefeito eleito :

Capital de Estado

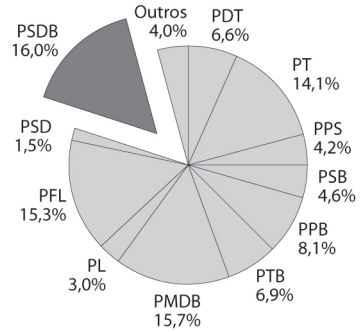
○ 4 capitais
15,4% das capitais

Outros municípios

● 200 até 625	8 municípios	22,2% da categoria
● 100 até 200	8 municípios	10,5% da categoria
● 50 até 100	37 municípios	23,3% da categoria
● 20 até 50	110 municípios	18,0% da categoria
● 10 até 20	199 municípios	18,1% da categoria
● menos de 10	624 municípios	17,6% da categoria

Número total de eleitores (milhares)

% do número total de votos



Fonte :Tribunal Superior Eleitoral

©2002 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 2 Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Eleição para Prefeito em 2000
Primeiro e segundo turnos

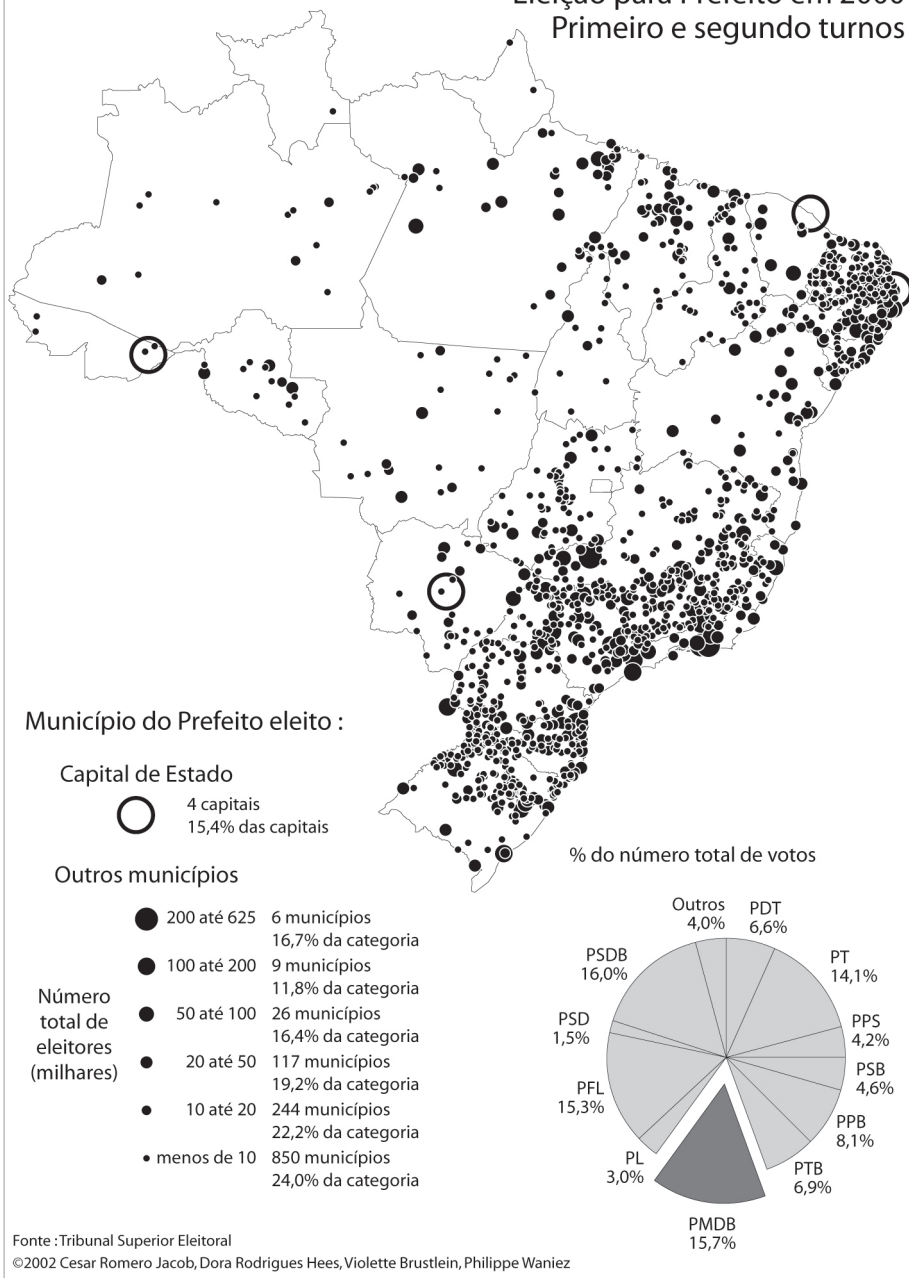
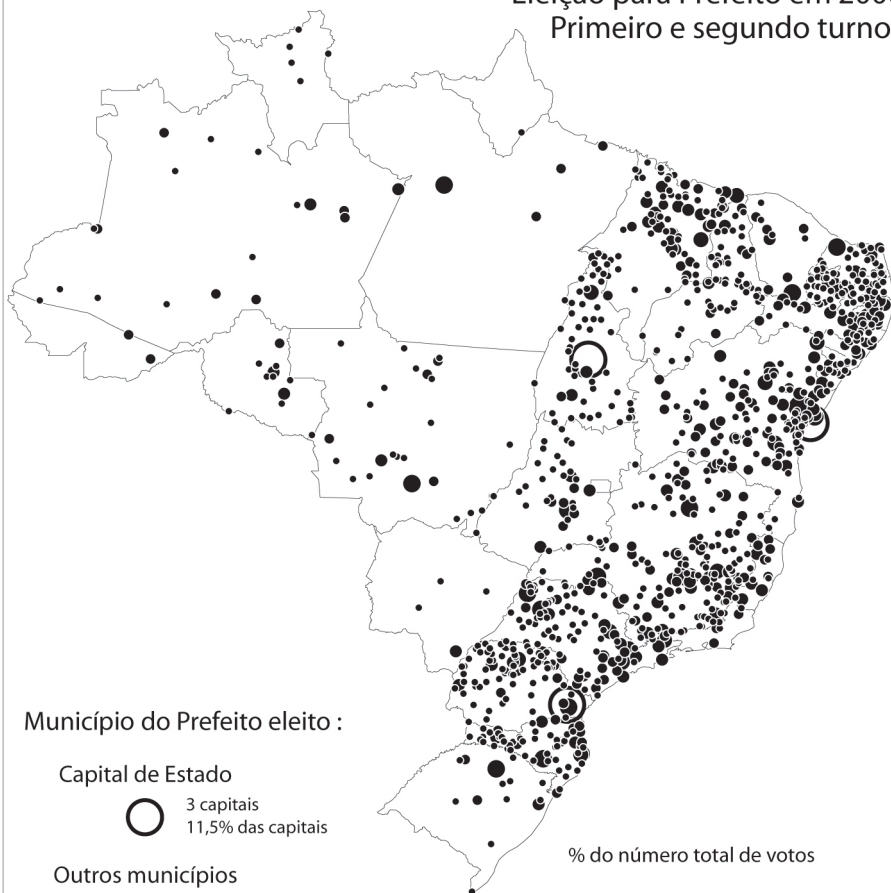


Figura 3

Partido da Frente Liberal
Eleição para Prefeito em 2000
Primeiro e segundo turnos



Município do Prefeito eleito :

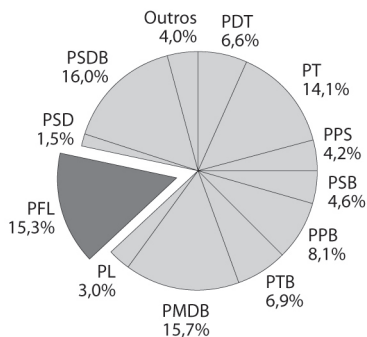
Capital de Estado

○ 3 capitais
11,5% das capitais

Outros municípios

●	200 até 625	1 município	2,8% da categoria
●	100 até 200	18 municípios	23,7% da categoria
●	50 até 100	14 municípios	8,8% da categoria
●	20 até 50	102 municípios	16,7% da categoria
●	10 até 20	180 municípios	16,4% da categoria
●	menos de 10	708 municípios	20% da categoria

% do número total de votos



Fonte : Tribunal Superior Eleitoral

©2002 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 4

Partido dos Trabalhadores
Eleição para Prefeito em 2000
Primeiro e segundo turnos

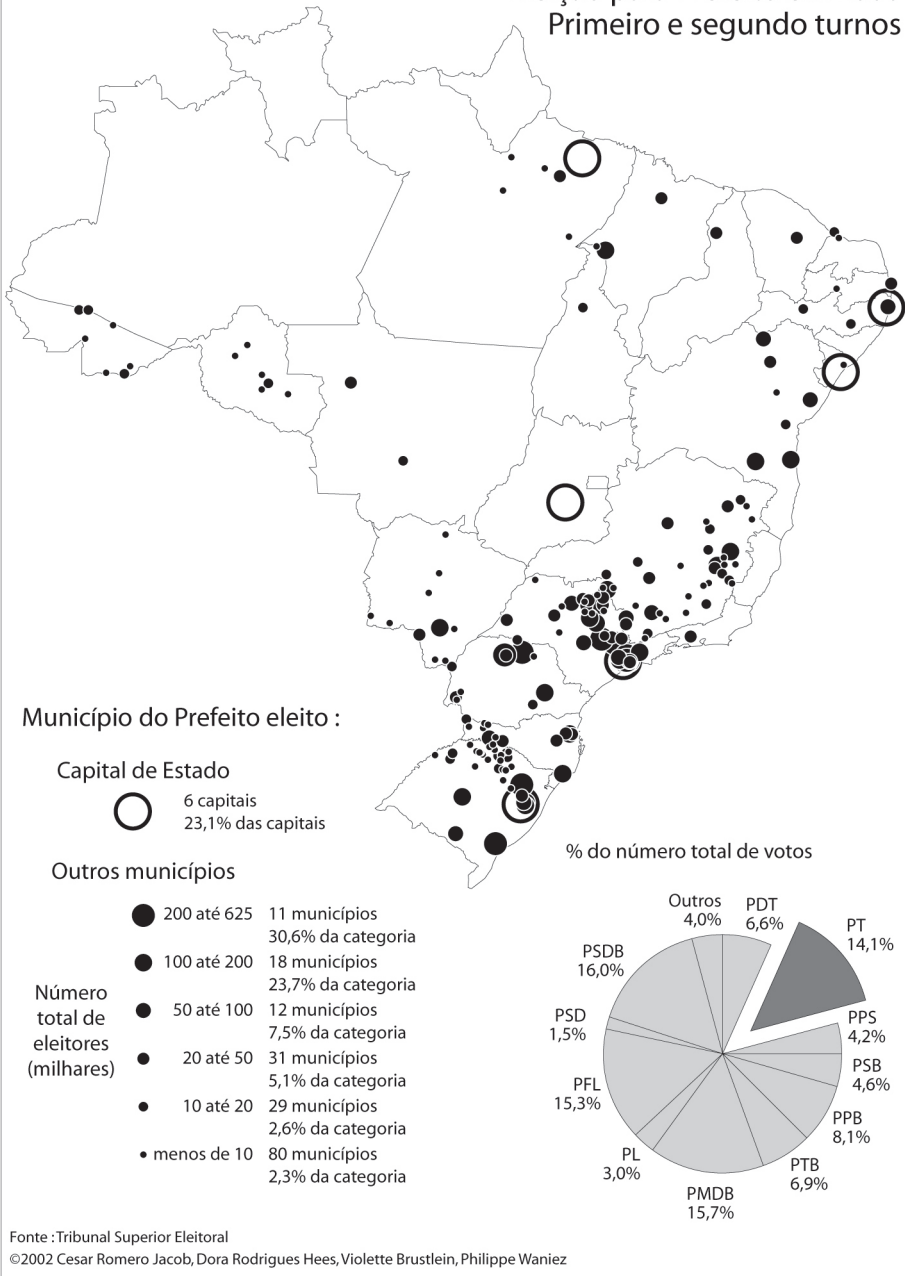


Figura 5

Partido Progressista Brasileiro

Eleição para Prefeito em 2000
Primeiro e segundo turnos

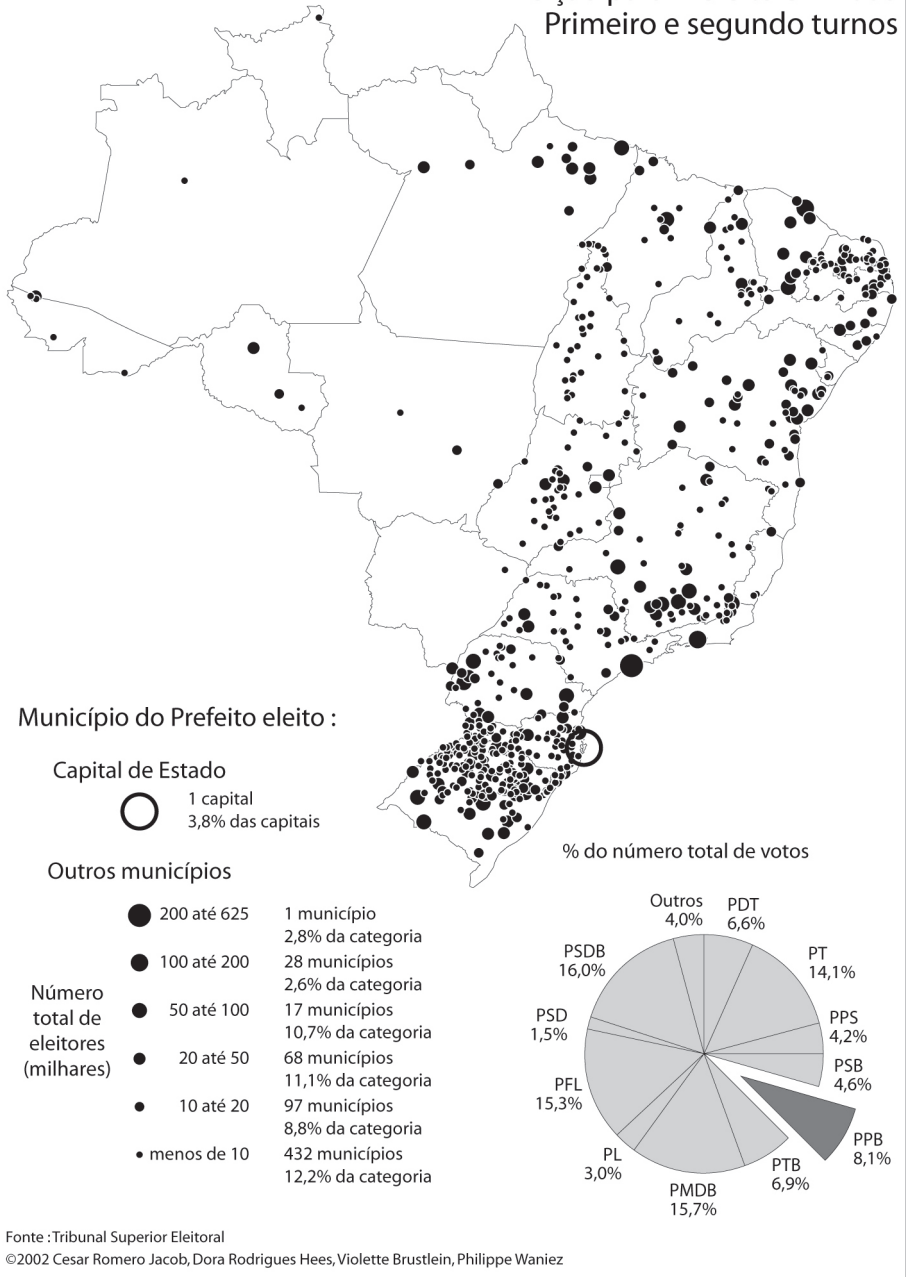


Figura 6

Partido Trabalhista Brasileiro

Eleição para Prefeito em 2000 Primeiro e segundo turnos



Município do Prefeito eleito :

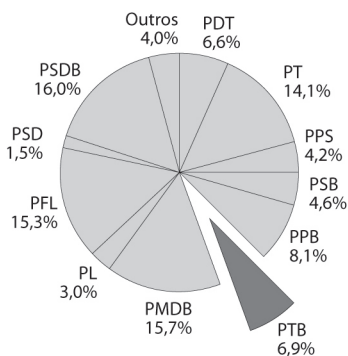
Capital de Estado

- 1 capital
- 3,8% das capitais

Outros municípios

● 200 até 625	2 municípios	5,6% da categoria
● 100 até 200	3 municípios	3,9% da categoria
● 50 até 100	11 municípios	6,9% da categoria
● 20 até 50	45 municípios	7,4% da categoria
● 10 até 20	97 municípios	8,8% da categoria
● menos de 10	238 municípios	6,7% da categoria

% do número total de votos

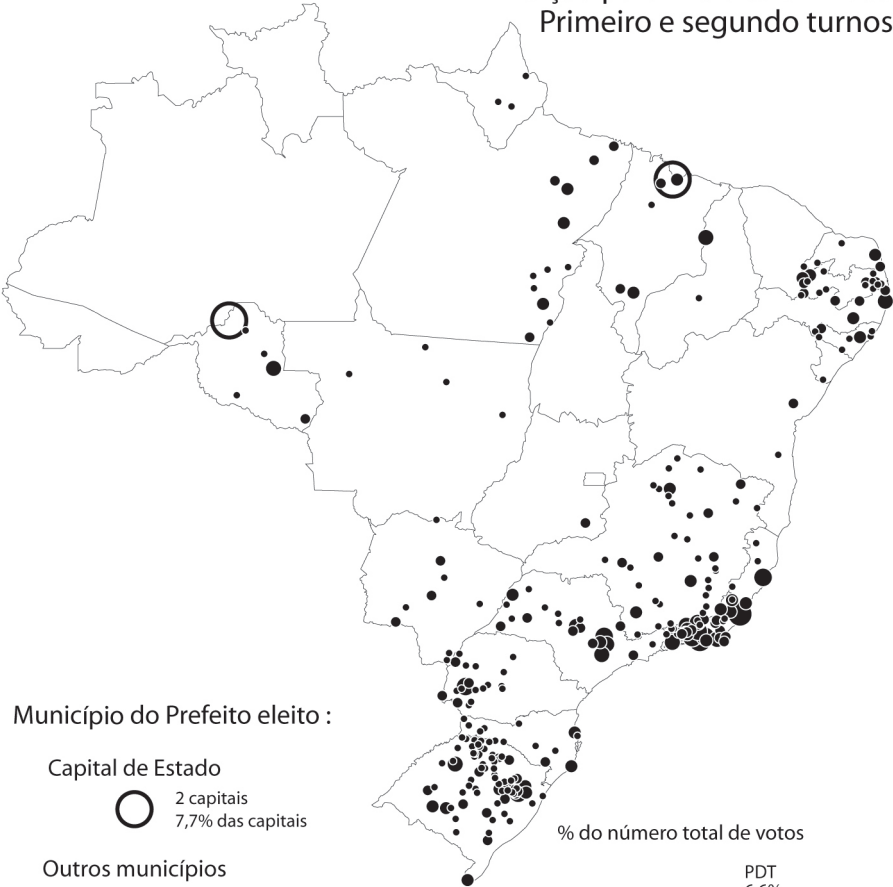


Fonte :Tribunal Superior Eleitoral

©2002 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 7

Partido Democrático Trabalhista
 Eleição para Prefeito em 2000
 Primeiro e segundo turnos



Município do Prefeito eleito :

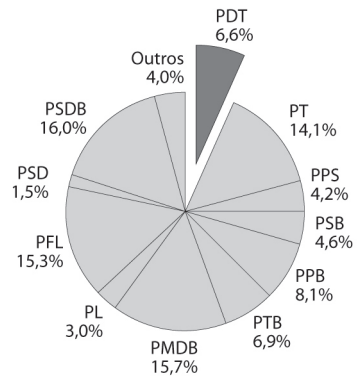
Capital de Estado

○ 2 capitais
 7,7% das capitais

Outros municípios

● 200 até 625	2 municípios	5,6% da categoria
● 100 até 200	7 municípios	9,2% da categoria
● 50 até 100	11 municípios	6,9% da categoria
● 20 até 50	30 municípios	4,9% da categoria
● 10 até 20	63 municípios	5,7% da categoria
● menos de 10	173 municípios	4,9% da categoria

% do número total de votos



Fonte :Tribunal Superior Eleitoral

©2002 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 8

Partido Socialista Brasileiro Eleição para Prefeito em 2000 Primeiro e segundo turnos



Município do Prefeito eleito :

Capital de Estado

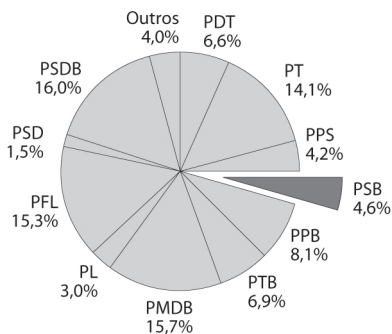
○ 4 capitais
15,4% das capitais

Outros municípios

● 200 até 625	0 município
● 100 até 200	4 municípios 5,3% da categoria
● 50 até 100	8 municípios 5,0% da categoria
● 20 até 50	22 municípios 3,6% da categoria
● 10 até 20	35 municípios 3,2% da categoria
● menos de 10	60 municípios 1,7% da categoria

Número total de eleitores (milhares)

% do número total de votos



Fonte :Tribunal Superior Eleitoral

©2002 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 9

Partido Popular Socialista
Eleição para Prefeito em 2000
Primeiro e segundo turnos



Município do Prefeito eleito :

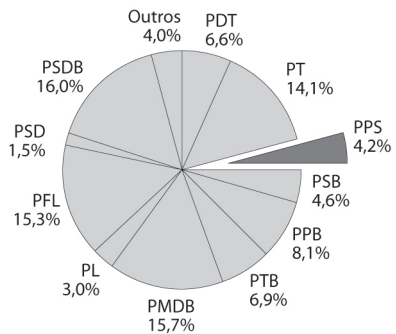
Capital de Estado

○ 0 capital

Outros municípios

● 200 até 625	3 municípios	8,3% da categoria
● 100 até 200	5 municípios	6,6% da categoria
● 50 até 100	8 municípios	5,0% da categoria
● 20 até 50	20 municípios	3,3% da categoria
● 10 até 20	34 municípios	3,1% da categoria
● menos de 10	96 municípios	2,7% da categoria

% do número total de votos

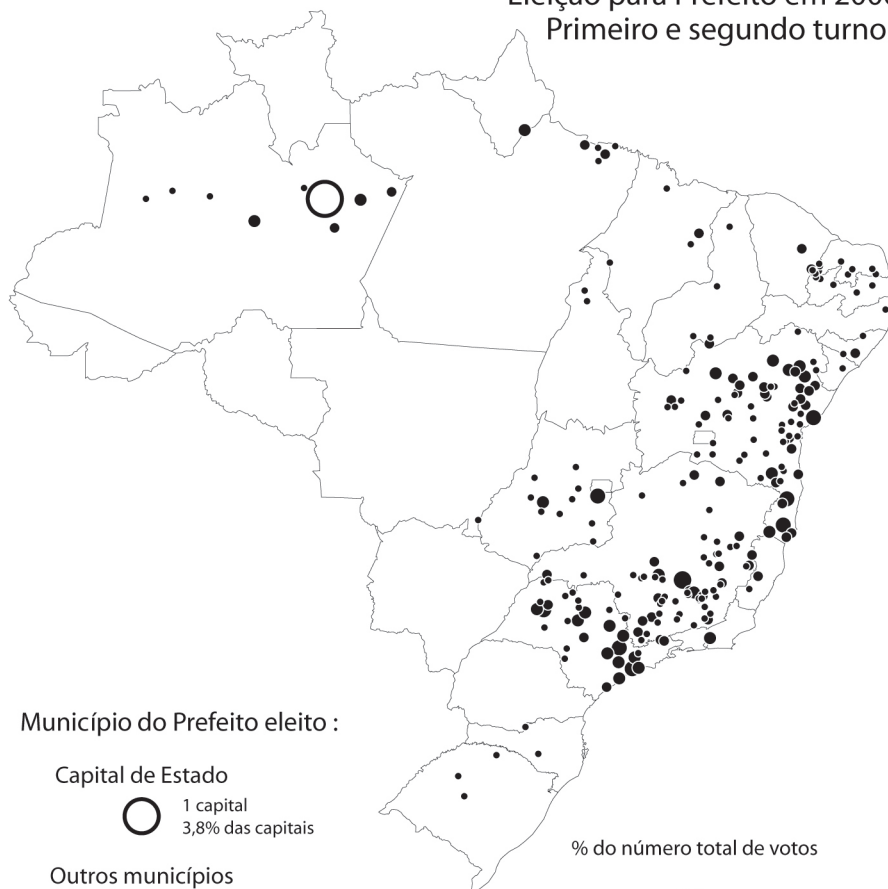


Fonte : Tribunal Superior Eleitoral

©2002 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 10

Partido Liberal
Eleição para Prefeito em 2000
Primeiro e segundo turnos



Município do Prefeito eleito :

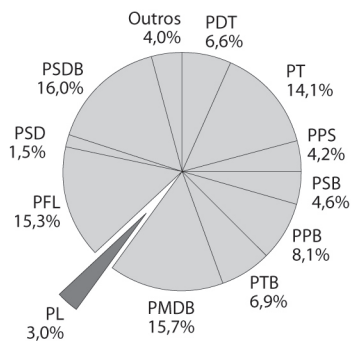
Capital de Estado

○ 1 capital
3,8% das capitais

Outros municípios

● 200 até 625	0 município
● 100 até 200	1 município 1,3% da categoria
● 50 até 100	7 municípios 4,4% da categoria
● 20 até 50	25 municípios 4,1% da categoria
● 10 até 20	54 municípios 4,9% da categoria
● menos de 10	146 municípios 4,1% da categoria

% do número total de votos

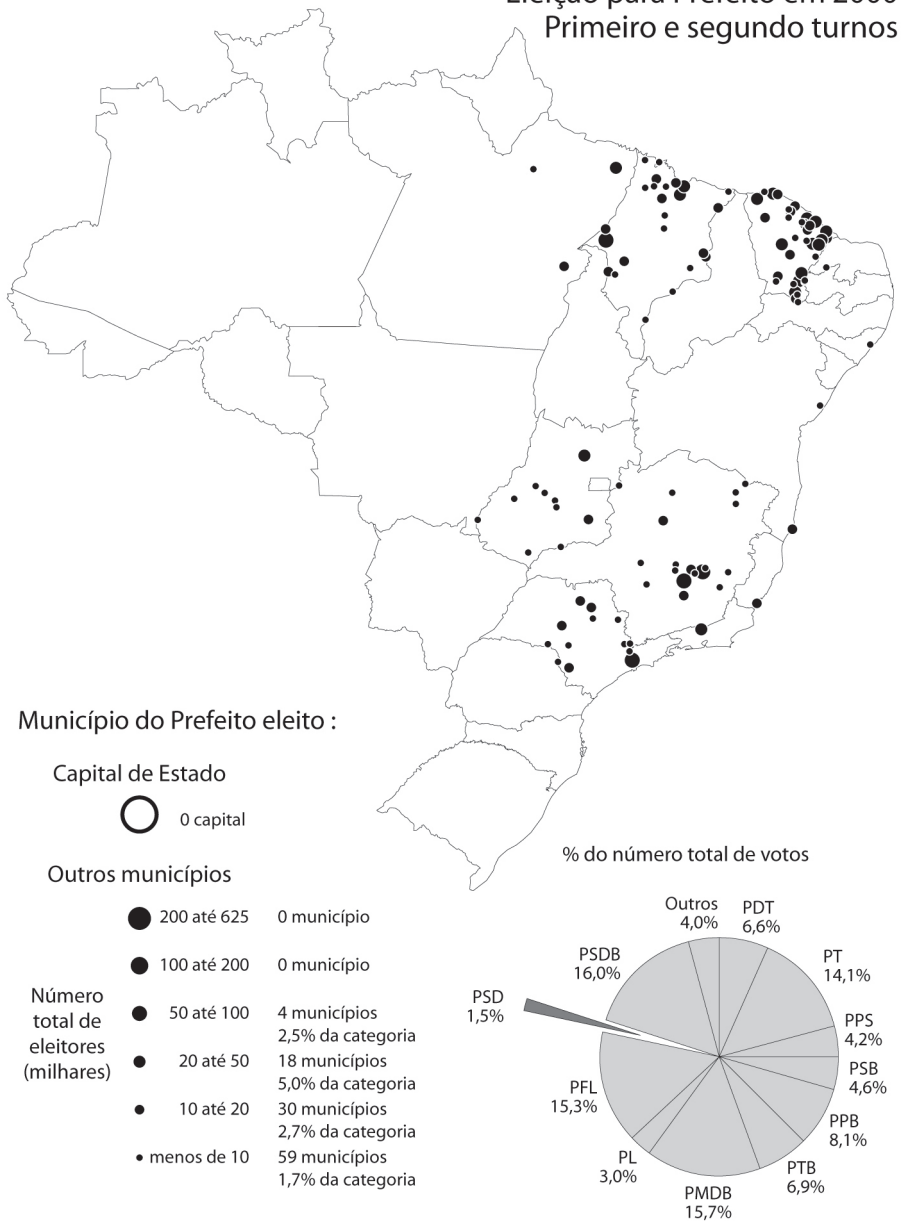


Fonte : Tribunal Superior Eleitoral

©2002 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 11

Partido Social Democrático Eleição para Prefeito em 2000 Primeiro e segundo turnos



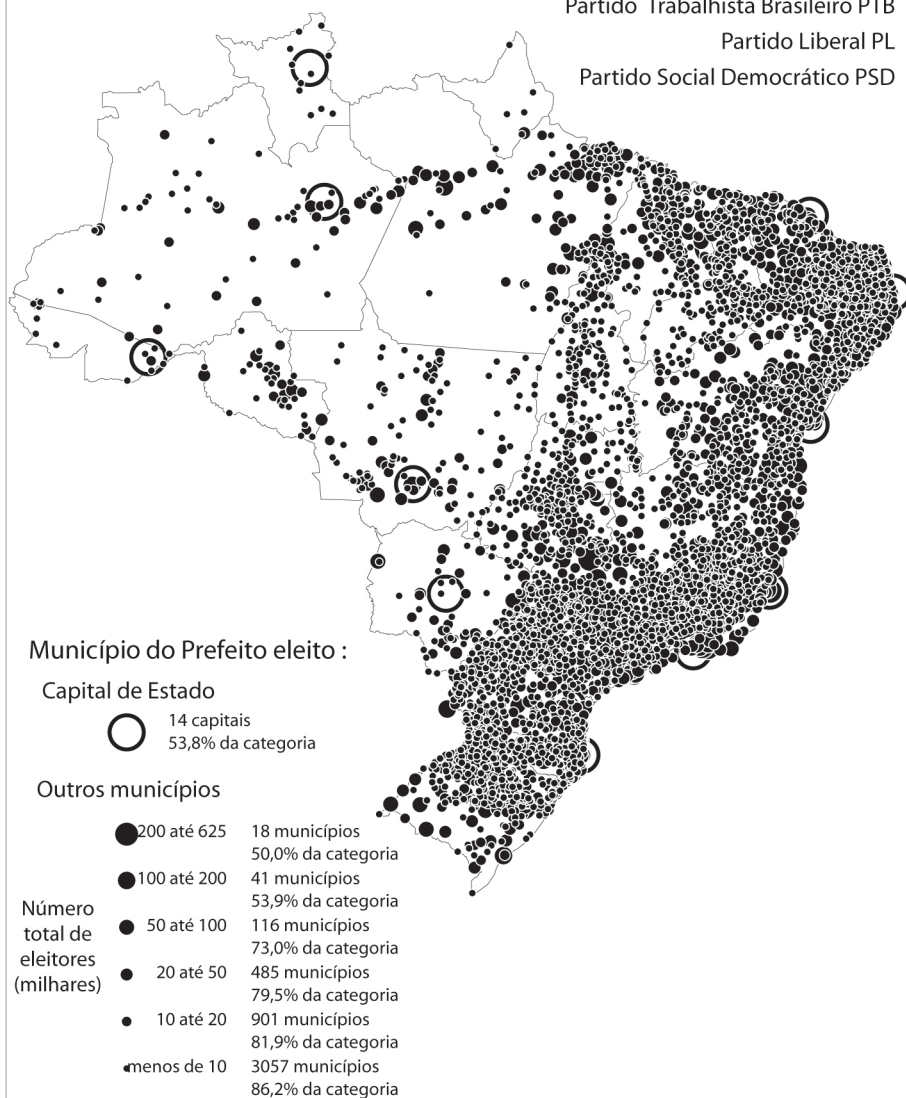
Fonte :Tribunal Superior Eleitoral

©2002 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 12

Eleição para Prefeito em 2000
Primeiro e segundo turnos

Partido da Social Democracia Brasileira PSDB
Partido do Movimento Democrático Brasileiro PMDB
Partido da Frente Liberal PFL
Partido Progressista Brasileiro PPB
Partido Trabalhista Brasileiro PTB
Partido Liberal PL
Partido Social Democrático PSD



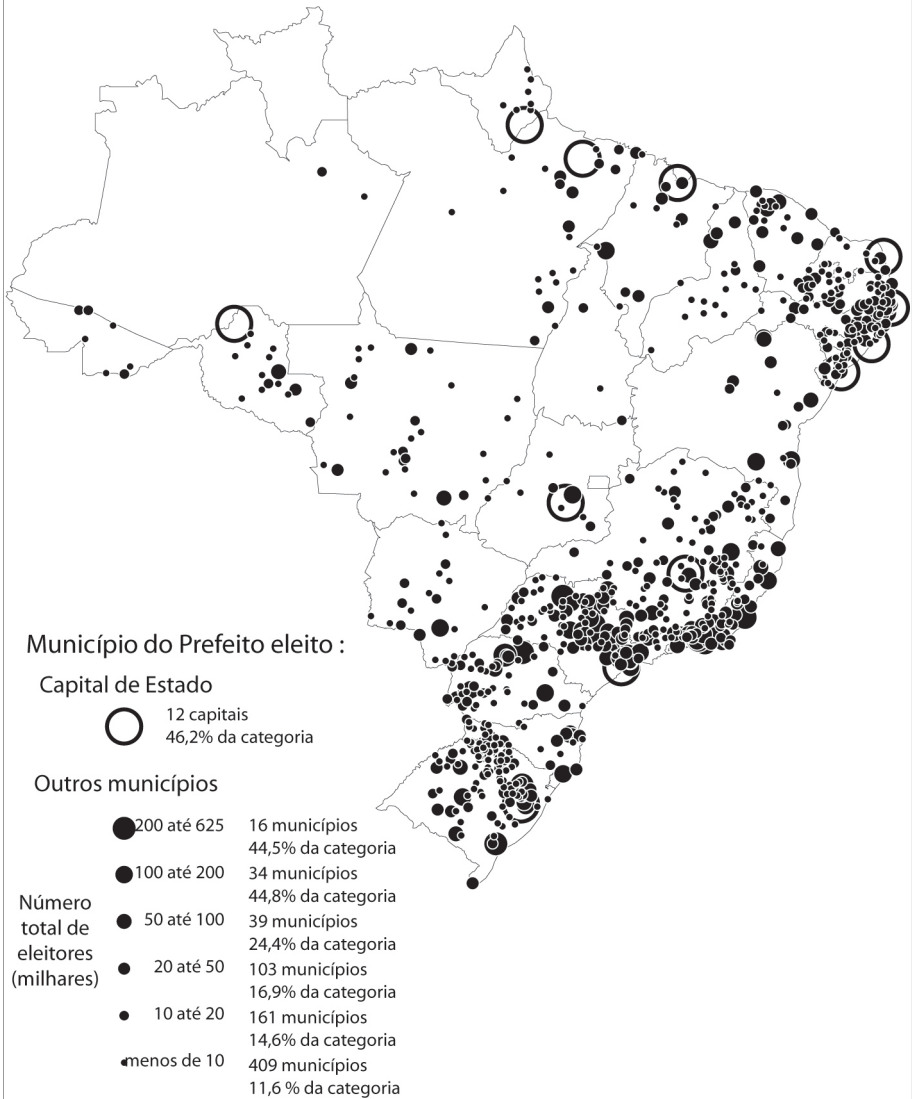
Fonte :Tribunal Superior Eleitoral

©2002 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 13

Eleição para Prefeito em 2000
Primeiro e segundo turnos

Partido dos Trabalhadores PT
Partido Democrático Trabalhista PDT
Partido Socialista Brasileiro PSB
Partido Popular Socialista PPS



Fonte :Tribunal Superior Eleitoral

©2002 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 14

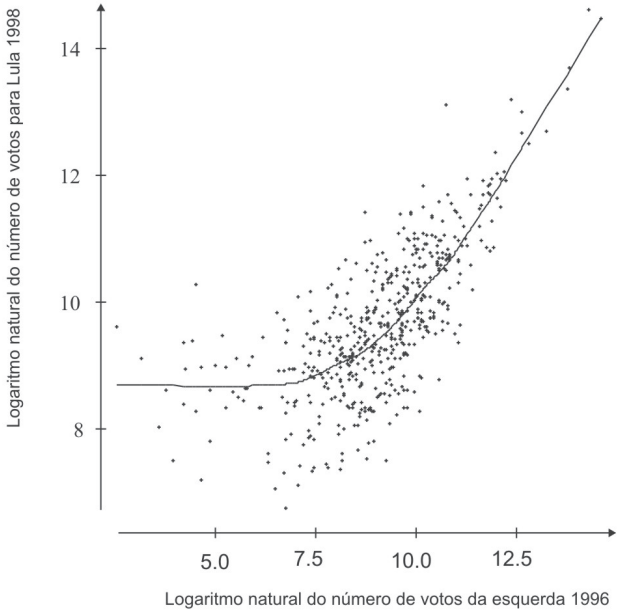
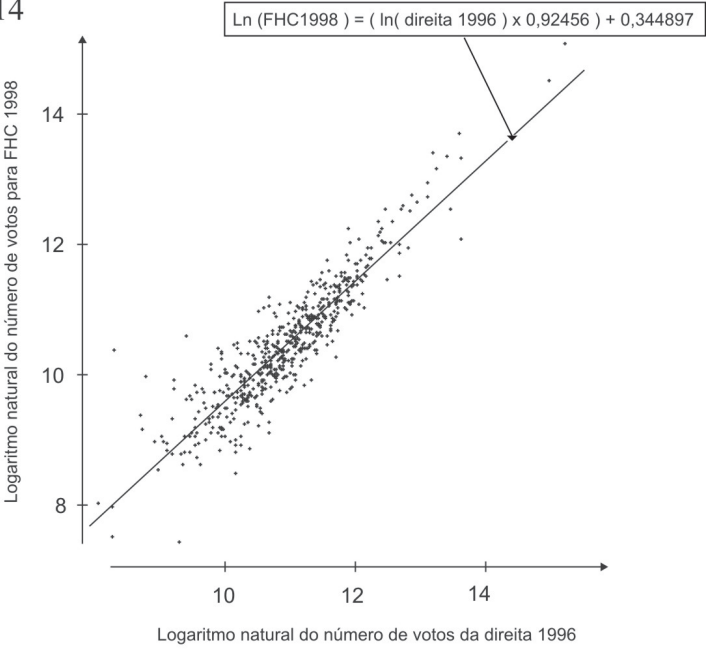
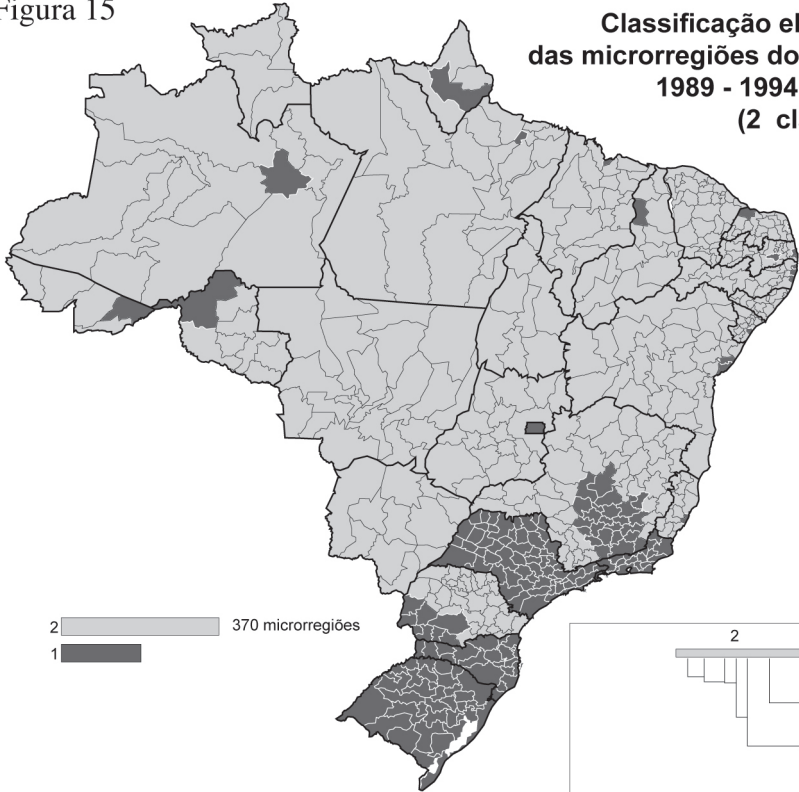
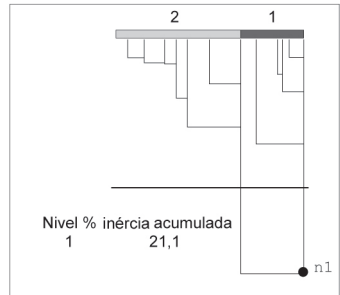


Figura 15

**Classificação eleitoral
das microrregiões do Brasil
1989 - 1994 - 1998
(2 classes)**



2 370 microrregiões
1



		-C1+	-C2+
1989 1º turno	%Abstenção	■	■
	%Válidos	■	■
	%Collor	■	■
	%Lula	■	■
	%Enéas	■	■
	%Covas	■	■
1989 2º turno	%Brizola	■	■
	%Maluf	■	■
	%Aff	■	■
	%Ulysses	■	■
	%Abstenção	■	■
	%Válidos	■	■
1994	%Collor	■	■
	%Lula	■	■
	%Abstenção	■	■
	%Válidos	■	■
1998	%FHC	■	■
	%Lula	■	■
	%Enéas	■	■
	%Quércia	■	■
	%Brizola	■	■
	%Amin	■	■
	%Abstenção	■	■
	%Válidos	■	■
%Ciro	■	■	
%Enéas	■	■	

©2002 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez
Fonte : Tribunal Superior Eleitoral

Figura 16

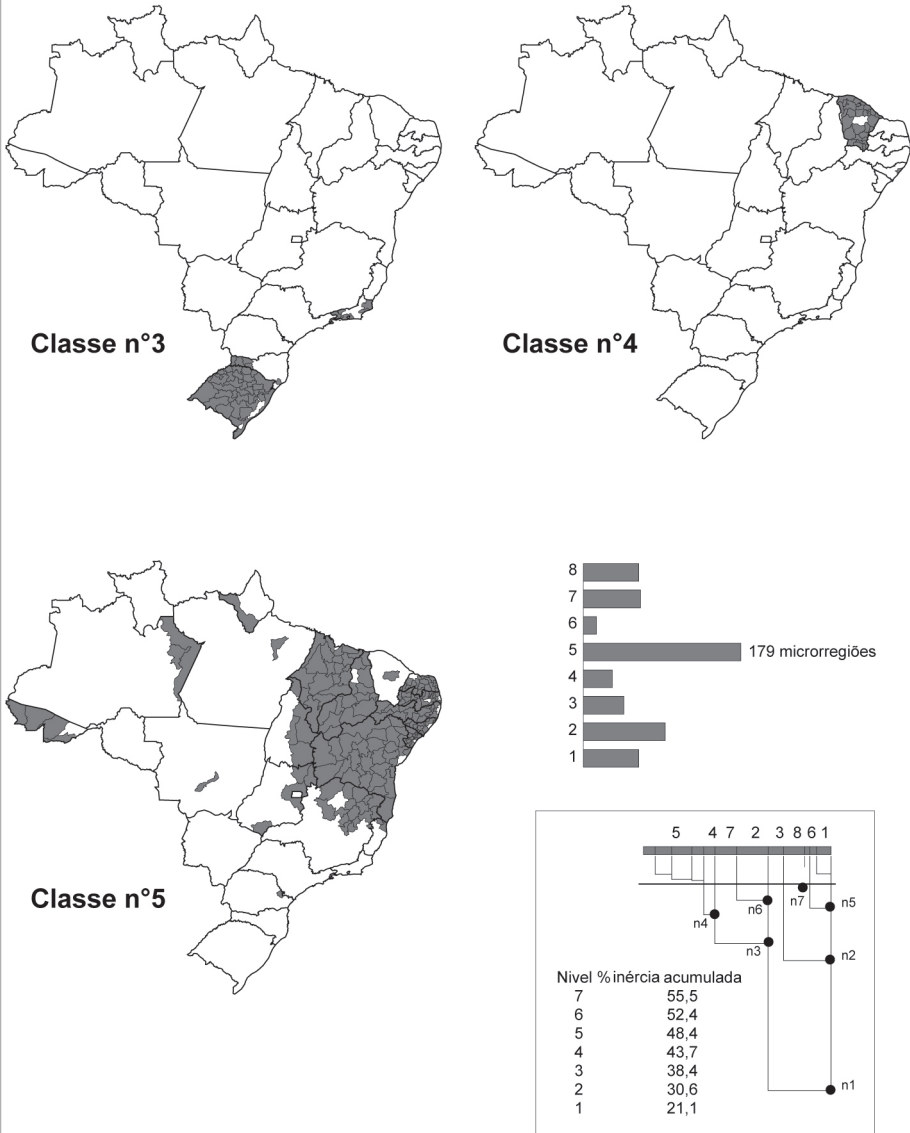
Eleições Presidenciais de 1989, 1994 e 1998: votos válidos / classes 1 e 2

Eleições	Candidatos	C1	C1%	C2	C2%	Brasil	%
1989: 1ºturno	Válidos	43,033,180	63.7	24,527,558	36.3	67,560,738	100.0
	Collor	9,465,528	22.0	11,120,735	45.3	20,586,263	30.5
	Lula	7,732,068	18.0	3,880,001	15.8	11,612,069	17.2
	Enéas	239,584	0.6	120,607	0.5	360,191	0.5
	Covas	6,104,898	14.2	1,679,432	6.8	7,784,330	11.5
	Brizola	9,218,971	21.4	1,944,898	7.9	11,163,869	16.5
	Maluf	4,957,710	11.5	1,024,734	4.2	5,982,444	8.9
	Afif	2,037,844	4.7	1,232,491	5.0	3,270,335	4.8
	Ulysses	1,417,845	3.3	1,777,631	7.2	3,195,476	4.7
1989: 2ºturno	Válidos	41,578,851	62.9	24,523,733	37.1	66,102,584	100.0
	Collor	18,869,068	45.4	16,182,563	66.0	35,051,631	53.0
	Lula	22,709,783	54.6	8,341,170	34.0	31,050,953	47.0
1994	Válidos	40,334,060	63.8	22,870,674	36.2	63,204,734	100.0
	FHC	19,552,713	48.5	14,748,287	64.5	34,301,000	54.3
	Lula	11,880,513	29.5	5,213,503	22.8	17,094,016	27.0
	Enéas	3,663,216	9.1	1,005,935	4.4	4,669,151	7.4
	Quércia	1,752,425	4.3	1,011,679	4.4	2,764,104	4.4
	Brizola	1,749,867	4.3	264,408	1.2	2,014,275	3.2
	Amin	1,426,318	3.5	312,422	1.4	1,738,740	2.8
1998	Válidos	42,738,920	63.2	24,896,031	36.8	67,634,951	100.0
	FHC	21,241,256	49.7	14,639,148	58.8	35,880,404	53.1
	Lula	15,463,020	36.2	5,992,501	24.1	21,455,521	31.7
	Ciro	4,253,156	10.0	3,165,873	12.7	7,419,029	11.0
	Enéas	1,111,275	2.6	334,568	1.3	1,445,843	2.1

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - 1989, 1994 e 1998

Figura 17

**Classificação eleitoral
das microrregiões do Brasil
1989 - 1994 - 1998**



©2002 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustein, Philippe Waniez
Fonte : Tribunal Superior Eleitoral

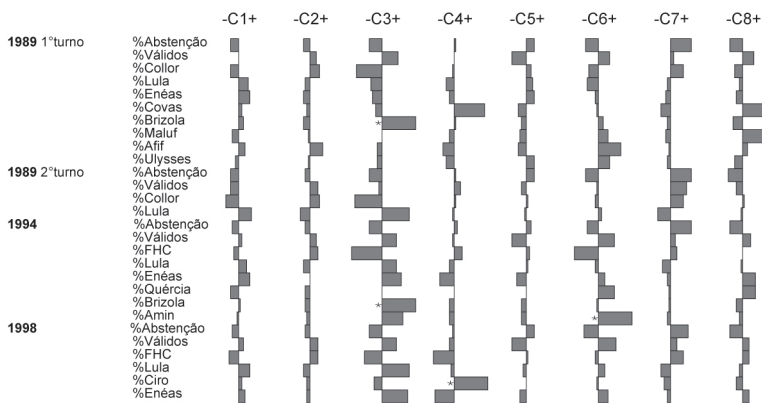
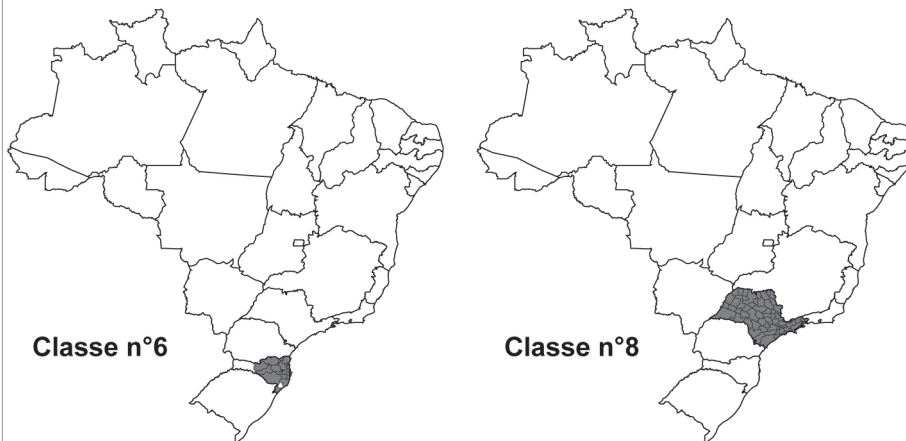
Figura 18
Eleições Presidenciais de 1989, 1994 e 1998: votos válidos / 8 classes

Eleições	Candidatos	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	Brasil	%				
1989, 1º turno	Válidos	12,240,977	13,8	12,219,521	18,1	2,775,970	4,1	10,436,874	15,4	1,843,473	2,7	67,560,738	100,0		
	Collor	3,394,015	27,7	1,487,752	12,2	988,170	35,6	4,653,344	44,6	503,007	27,3	20,586,263	30,5		
	Lula	3,412,367	27,9	1,225,385	10,0	327,917	11,8	2,111,709	20,2	173,747	9,4	11,612,069	17,2		
	Enéas	93,241	0,8	35,805	0,4	12,396	0,4	64,519	0,6	8,869	0,5	360,191	0,5		
	Covas	1,304,512	10,7	691,557	7,4	497,914	17,9	422,995	4,1	157,651	8,6	3,801,106	22,7		
	Brizola	1,595,833	13,0	7,000,310	57,3	515,770	18,6	748,972	7,2	370,344	2,0	252,484	1,5		
	Maluf	383,990	3,1	572,011	6,1	446,475	3,7	109,394	3,9	257,315	2,5	4,931,422	23,5		
	Atif	693,043	5,7	809,532	8,7	63,713	2,3	285,199	2,7	178,039	9,7	807,401	4,8		
Ulysses	567,248	4,6	492,172	5,3	87,082	3,1	1,084,371	10,4	189,454	10,3	330,802	2,0	3,195,476	4,7	
1989, 2º turno	Válidos	12,121,995	18,3	11,679,729	17,7	2,777,388	4,2	10,711,543	16,2	1,779,014	2,7	66,102,584	100,0		
	Collor	5,353,715	44,2	6,335,059	69,6	3,279,157	28,1	6,735,048	62,9	973,643	54,7	35,051,631	53,0		
	Lula	6,768,280	55,8	2,766,322	30,4	8,400,572	71,9	3,976,495	37,1	805,371	45,3	31,050,953	47,0		
	Válidos	11,871,740	18,8	8,773,417	13,9	11,064,123	17,5	2,630,225	4,2	9,465,046	15,0	63,204,734	100,0		
FHC	6,095,054	51,3	5,815,434	66,3	4,106,919	37,1	1,626,164	61,8	5,942,752	62,8	673,389	36,8	8,677,351	55,7	
Lula	3,908,895	32,9	1,779,906	20,3	3,338,723	30,2	683,914	26,0	2,386,066	25,2	428,078	23,4	4,204,817	27,0	
Enéas	975,998	8,2	516,370	5,9	1,177,108	10,6	91,994	3,5	308,733	3,3	129,515	7,1	1,380,595	8,9	
Quéricia	357,374	3,0	317,043	3,6	366,644	3,3	115,642	4,4	479,467	5,1	134,089	7,3	894,318	5,7	
Brizola	237,708	2,0	99,141	1,1	1,405,363	12,7	27,769	1,1	102,461	1,1	39,056	2,1	67,740	0,4	
Amin	188,673	1,6	175,190	2,0	575,695	5,2	25,253	1,0	84,287	0,9	414,860	22,6	247,090	1,6	
1998	Válidos	13,112,179	19,4	11,394,900	16,8	2,831,402	4,2	10,214,050	15,1	1,973,023	2,9	67,634,951	100,0		
	FHC	5,891,341	44,9	6,083,524	64,3	4,555,372	40,0	868,541	30,7	6,031,721	59,1	1,057,815	53,6	9,736,728	59,9
	Lula	4,809,341	36,7	2,109,662	22,3	5,329,146	46,8	923,258	32,6	2,518,171	24,7	635,856	32,2	4,411,410	18,4
	Circo	1,896,607	14,5	917,321	9,7	944,740	8,3	965,663	34,1	1,093,554	10,7	203,091	10,3	189,335	7,9
	Enéas	289,988	2,2	145,453	1,5	391,167	3,4	15,101	0,5	139,188	1,4	40,528	2,1	34,826	1,5

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - 1989, 1994 e 1998

Figura 19

**Classificação eleitoral
das microrregiões do Brasil
1989 - 1994 - 1998**



* > ou < a 2 desvio padrão

Figura 20

**Classificação eleitoral
das microrregiões do Brasil
1989 - 1994 - 1998**

